Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional

OSX Brasil S.A. - Em recuperação judicial ("OSX" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 3 de setembro de 2007 com sede na cidade do Rio de Janeiro. Tem como objeto a participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, dedicadas ao setor de equipamentos e serviços para a indústria *offshore* de óleo e gás natural, com atuação integrada nos segmentos de construção naval, afretamento de unidades de exploração e produção (E&P) e serviços de operação e manutenção (O&M). Desde março de 2010, a Companhia tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, sob o código OSXB3.

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades, que seriam construídas tanto na Unidade de Construção Naval do Açu ("UCN Açu") quanto em estaleiros contratados, e o cancelamento de contratos de afretamento e operação e manutenção de FPSOs e WHPs.

No dia 08 de novembro de 2013, em vista da situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX, como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, dos trabalhadores e dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Construção Naval S.A. – Em recuperação judicial ("OSX Construção Naval") e OSX Serviços Operacionais Ltda. – Em recuperação judicial ("OSX Serviços"), foi ajuizado em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

A OSX vem estudando, dentre outras iniciativas, potenciais combinações empresariais tanto para a UCN Açu, quanto para as unidades de leasing e de serviços de operação e manutenção. Atualmente, a frota de plataformas de produção de petróleo da Companhia é composta por três FPSOs, constituindo assim, uma das principais frotas brasileiras desses equipamentos destinada à produção de petróleo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional -- Continuação

Retrospectiva 2013

Devido à conjuntura mercadológica vislumbrada para suas unidades de negócios, a reconfiguração das necessidades de curto e médio prazo da cliente Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial ("OGpar", anteriormente denominada OGX Petróleo e Gás Participações S.A., "OGX"), e a perspectiva econômico financeira do seu modelo de negócio original, o Conselho de Administração da OSX aprovou no dia 17 de maio de 2013 a alteração do Plano de Negócios da Companhia, com a priorização dos projetos geradores de caixa da unidade de afretamento de unidades de E&P (ou *leasing*) e o faseamento da obra de implantação da Unidade de Construção Naval do Açu ("UCN Açu").

Em 01 de julho de 2013, a cliente OGpar concluiu suas análises técnicas sobre o desenvolvimento de seus campos e, como consequência, atualizou as encomendas feitas à Companhia nos termos do Acordo de Cooperação Estratégica vigente entre ambas as companhias.

Como resultado dessas análises, a cliente OGpar decidiu interromper a encomenda das unidades FPSOs OSX 4 e 5 e WHPs 1, 3 e 4 e não utilizar o FPSO OSX 2 no desenvolvimento dos campos de Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia. Desde então, o FPSO OSX 2 encontra-se em *lay up* na Malásia e disponível para venda ou *redeployment*. Nessa mesma ocasião, a OSX e a cliente OGpar realizaram revisões nos contratos relativos às unidades FPSO OSX 3 e WHP 2.

Em função desses eventos, as companhias celebraram um acordo pelo qual a OSX recebeu desembolso imediato da OGpar no valor aproximado de USD449 milhões, por conta de valores que foram adiantados pela Companhia com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento de projetos que foram posteriormente cancelados pela OGpar, conforme descrito na Nota Explicativa n° 23 - Compensações recebidas da cliente OGpar.

No dia 29 de outubro de 2013, a subsidiária OSX 1 Leasing B.V. notificou a cliente OGpar da rescisão do Contrato de Afretamento que regulava as condições e a remuneração do afretamento do FPSO OSX 1, em função do não pagamento pela cliente. A rescisão deste contrato acarretou rescisão automática do Contrato de Operações, que regulava os serviços de operação e manutenção desta unidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional -- Continuação

Retrospectiva 2013--Continuação

Conforme informado na Nota Explicativa n° 37 - Eventos subsequentes, em fevereiro de 2014, a OSX celebrou novo acordo com a OGpar visando a realização de testes com uso do FPSO OSX 1 para eventual retomada de produção no Campo de Tubarão Azul. As companhias estimam que o período de testes perdure até 19 de maio de 2014 e, caso apresente condições satisfatórias, a retomada de produção estará, ainda, sujeita a determinadas condições precedentes, dentre as quais o estabelecimento de custos operacionais e financeiros entre todas as partes envolvidas.

No dia 30 de outubro de 2013, a cliente OGpar, considerando a sua situação financeira desfavorável, os prejuízos já acumulados pela empresa, bem como o vencimento recente e vindouro de grande parte de seu endividamento, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial em conjunto com suas controladas: OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial, OGX International GmbH - Em recuperação judicial e OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial ("Grupo OGX"). Em 21 de novembro de 2013, o juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão (i) deferindo o processamento da recuperação judicial das empresas Óleo e Gás Participações S.A. - Em recuperação judicial e OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial, bem como (ii) indeferindo o processamento da recuperação judicial da OGX International GmbH - Em recuperação judicial e da OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial, por entender que não teria jurisdição sobre as referidas companhias. Contra a referida decisão foi interposto um Agravo de Instrumento, ao qual foi dado provimento em 19 de fevereiro de 2014, tendo sido deferido o processamento do pedido de recuperação judicial da OGX International e da OGX Austria.

Em 11 de novembro de 2013, mesma data do ajuizamento do seu pedido de recuperação judicial, a OSX informou a rescisão dos contratos com a cliente OGpar relativos ao afretamento e operação da unidade FPSO OSX 2 e ao arrendamento da plataforma WHP-2, devido, dentre outros motivos, ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial do Grupo OGX e a não confirmação da cliente em prosseguir com o projeto da plataforma WHP 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional -- Continuação

Retrospectiva 2013--Continuação

No dia 24 de dezembro de 2013, a OSX, OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial, OSX Serviços Ltda. - Em recuperação judicial e o Grupo OGX celebraram um acordo, chamado Plan Support Agreement ou ("PSA"), através do qual, sob determinadas condições, a OSX teve os valores pleiteados em função da rescisão dos contratos de afretamento e de operações dos FPSOs OSX 1 e OSX 2 e da rescisão do arrendamento da plataforma WHP 2, reconhecidos e acordados com o Grupo OGX, sendo-lhe garantido tratamento igual aos demais créditos quirografários detidos contra o Grupo OGX, no âmbito de seu Plano de Recuperação Judicial.

O PSA fixou tais valores em USD1,5 bilhão, sendo USD414,0 milhões em função da rescisão do contrato de afretamento e de operações do FPSO OSX 1; USD557,3 milhões em função da rescisão do contrato de afretamento e de operações do FPSO OSX 2; e USD528,6 milhões em função da rescisão do arrendamento da plataforma WHP 2. Os valores foram calculados de acordo com os respectivos contratos e refletem, no caso dos FPSOs, o valor da dívida de tais ativos, acrescido de perdas, custos e despesas incorridos pela OSX e, no caso da WHP 2, custos, despesas e penalidades pagas ou incorridas pela OSX.

Esses créditos reconhecidos terão o mesmo tratamento dos demais credores quirografários do Grupo OGX e, portanto, serão convertidos em ações de emissão da OGpar. Caso a operação seja implementada conforme atualmente contemplada, a OSX passará a deter, através de suas controladas, aproximadamente 7% do capital social da companhia reestruturada.

Cabe mencionar que uma das condições para a implementação do PSA era a celebração de um acordo, cujos termos e condições fossem substancialmente aceitáveis por, no mínimo, 66,7% dos detentores dos títulos de dívida - Senior Secured Bonds - emitidos pela subsidiária OSX 3 Leasing B.V. ("Bonds OSX3"), que permita a aprovação de um aditivo alterando o contrato de afretamento bare boat relativo à unidade FPSO OSX 3, disponibilizado para a operação no campo de Tubarão Martelo desde novembro de 2013.

Dessa forma, desde então, a OSX vinha mantendo negociações com os detentores desse título de dívida (os "Bondholders") e em 13 de março de 2014 foram acordados os termoschave da reestruturação das condições financeiras dos Bonds OSX3 e demais documentos do financiamento relacionados ("Reestruturação Proposta"), conforme descrito na Nota Explicativa n° 37 - Eventos subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional -- Continuação

UCN Açu

No que tange à UCN Açu, a Companhia reafirma a sua percepção quanto ao valor estratégico de um estaleiro brasileiro, possibilitando atender a demanda de conteúdo local existente no País, inclusive em decorrência do Pré-Sal. A retomada de futuras fases de construção da UCN Açu deve ser compatível com a confirmação de novas perspectivas quanto à demanda da clientela e correspondente equacionamento econômico-financeiro.

Em setembro de 2013, a OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial recebeu a Licença de Operação (LO) do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do Rio de Janeiro, autorizando o início de atividades operacionais da Fase 1 da UCN Açu. A Fase 1 da UCN Açu contempla áreas e facilidades industriais necessárias ao cumprimento dos contratos da atual carteira de encomendas da Companhia. Essas atividades operacionais concentram-se na área do Cais Norte, com capacidade para montagem de dezenas de módulos e de integração simultânea de dois FPSOs de grande porte. Esta primeira fase da UCN Açu já capacita a OSX Construção Naval a atuar como um dos principais canteiros *offshore* do Brasil.

Ainda no que diz respeito à UCN Açu, a Companhia celebrou, em novembro de 2013, Instrumento de Transação com a LLX Açu Operações Portuárias S.A. ("LLX Açu"), por meio do qual as partes concordaram, dentre outros pontos, em: reduzir o direito de superfície sobre a área cedida pela LLX Açu à OSX Construção Naval, com a devolução à LLX Açu da correspondente área reduzida; reduzir proporcionalmente o valor do pagamento mensal a ser feito pela OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial à LLX Açu pelo direito de uso da área cedida; e desonerar a OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial de obrigações de CAPEX, notadamente a obrigação de ratear os custos e investimentos das obras do canal de acesso e quebra-mar do terminal TX2.

Processo de Recuperação Judicial

Conforme exposto acima, no dia 11 de novembro de 2013, a OSX, a OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial e a OSX Serviços Ltda. - Em recuperação judicial ajuizaram seus pedidos de Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.105/2005 na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 26 de novembro de 2013, o processamento da Recuperação Judicial foi deferido, conforme decisão do juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com distribuição por dependência ao pedido de Recuperação Judicial do Grupo OGX.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional -- Continuação

Processo de Recuperação Judicial--Continuação

Em 10 de janeiro de 2014, a Companhia disponibilizou a decisão judicial com a nomeação da empresa Delloite Touche Tohmatsu para atuar na qualidade de administrador judicial responsável pela condução do seu processo de Recuperação Judicial.

Em 19 de fevereiro de 2014, foi proferida uma decisão pela 14ª Câmara Cível do TJRJ, que entendeu que não haveria a necessidade de tramitação conjunta do processo de recuperação judicial da OSX, suas subsidiárias e do Grupo OGX.

A OSX havia solicitado distribuição por dependência ao pedido de recuperação judicial impetrado pelo Grupo OGX no intuito de evitar decisões contraditórias, por ser uma de suas maiores credoras. Entretanto, com a assinatura do PSA no dia 24 de dezembro de 2013, tais questões encontram-se equacionadas e superadas.

Em 14 de março de 2014, foi publicada a decisão que determinou a livre distribuição dos processos de Recuperação Judicial da OSX e de suas subsidiárias. No dia 21 de março de 2014, o processo foi redistribuído para a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro e a ratificação da nomeação da empresa Deloitte Touche Tohmatsu para atuar na qualidade de administrador judicial responsável pela condução do processo. Com isso, foi determinado o reinício da contagem do prazo de 60 dias para apresentação do Plano de Recuperação Judicial das companhias.

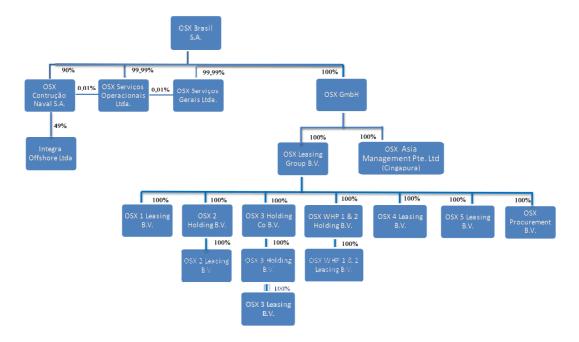
Conforme a Lei 11.105/2005, a OSX e suas controladas devem apresentar, em juízo, no prazo improrrogável de 60 dias da publicação da decisão que deferir o processamento da Recuperação Judicial um plano de recuperação que deverá conter: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos da Companhia, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A assembleia geral de credores, nos termos da referida Lei, votará o referido plano em prazo que não excederá a 180 dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial. Atualmente, a Companhia está em fase de elaboração do referido plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional -- Continuação

Processo de Recuperação Judicial--Continuação

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2013, a seguinte estrutura societária:



Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) <u>Declaração de conformidade com as normas IFRS e as normas do CPC</u>

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão assim apresentadas:

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Também estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Também estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às informações contábeis separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas, que no BR GAAP é feita pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria efetuada pelo custo ou valor justo.

b) Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e daqueles instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

c) <u>Moeda funcional e moeda de apresentação</u>

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real e a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano, em função de seu plano de negócios e principalmente em decorrência das suas receitas e dos seus custos de operação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes materiais dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 1 Aprovação do plano de recuperação judicial.
- Nota nº 12 Ativos destinados à venda.
- Nota nº 13 Imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota nº 15 Ativo imobilizado (vidas úteis, taxas de depreciação e teste de impairment).
- Nota nº 26 Provisão para Contingências expectativa de êxito/perda.
- Nota nº 29 Opção de compras de ações.
- Nota nº 35 Instrumentos financeiros.

O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 em 16 de abril de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

e) Mudanças nas políticas contábeis

Exceto pelas mudanças destacadas abaixo, a Companhia tem aplicado consistentemente as políticas contábeis a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos além da avaliação de qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

- (e.1) CPC 36 (R3)/IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas
- (e.2) CPC 19 (R2)/IFRS 11 Negócios em Conjunto
- (e.3) CPC 46/IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A natureza e os efeitos das mudanças estão explicados abaixo.

(e.1) CPC 36 (R3)/IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Essa norma identifica os princípios de controle, determina como identificar se um investidor controla uma investida e, portanto, deve consolidar a investida, e estabelece os princípios para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Essa norma apresenta um único modelo de consolidação para todas as entidades com base em controle, independentemente da natureza da investida (isto é, se uma entidade é controlada através de direitos de voto dos investidores ou por meio de outras modalidades contratuais, como é comum nas "sociedades de propósito específico"). Segundo o IFRS 10, o controle é baseado em se um investidor tem: (i) poder sobre a investida, (ii) exposição, ou direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e (iii) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos. A Companhia possui controle integral sobre as suas controladas. Dessa forma, a aplicação dessa nova norma não gerou efeitos sobre as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

e) Mudanças nas políticas contábeis--Continuação

(e.2) CPC 19 (R2)/IFRS 11 Negócios em Conjunto

Empreendimentos em conjunto

Essa norma requer uma parte de um acordo conjunto para determinar o tipo de acordo conjunto em que está envolvida, avaliando os seus direitos e obrigações e, em seguida, esclarecem os direitos e obrigações, de acordo com o tipo de arranjo conjunto. Acordos conjuntos são operações conjuntas ou *joint ventures*:

- i. A operação conjunta é um arranjo comum segundo a qual as partes que têm o controle conjunto da organização (operadores de conjuntos) têm direitos sobre os ativos e obrigações para os passivos, relativos ao arranjo. Operadores conjuntos reconhecem seus ativos, passivos, receitas e despesas em relação à sua participação em uma operação conjunta (incluindo a sua participação em qualquer um desses itens resultantes em conjunto);
- ii. A joint venture é um arranjo comum segundo o qual as partes que têm o controle conjunto da organização (*joint ventures*) têm direitos sobre os ativos líquidos do contrato. Um empreendedor conjunto aplica o método da equivalência patrimonial para o seu investimento em uma *joint venture*, de acordo com a IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures* (2011). Ao contrário do IAS 31, não é permitido o uso de "consolidação proporcional" para *joint ventures*. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía uma *joint venture*, a Integra Offshore Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- e) Mudanças nas políticas contábeis--Continuação
 - (e.3) CPC 46/IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

O IFRS define, orienta como determinar e exige divulgações sobre o valor justo. No entanto, o IFRS 13 não altera as exigências relativas a quais itens devem ser mensurados ou divulgados pelo valor justo. O IFRS 13 se aplica quando um outro IFRS exija ou permita a mensuração do valor justo ou divulgações sobre mensuração do valor justo (e medidas, tais como o valor justo menos os custos de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as medições). Com algumas exceções, a norma exige que as entidades classifiquem estas medidas em uma "hierarquia de valor justo" com base na natureza das entradas:

- Nível 1 preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos que a entidade pode acessar na data da mensuração.
- ii. Nível 2 diferenças dos preços de mercado cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente ou indiretamente.
- iii. Nível 3 inputs não observáveis para o ativo ou passivo.

As entidades são obrigadas a fazer várias divulgações, dependendo da natureza da mensuração do valor justo (por exemplo, se ele é reconhecido nas demonstrações financeiras ou apenas divulgados) e o nível em que está classificado.

A Companhia apresenta essa divulgação na Nota Explicativa nº 35 (instrumentos financeiros). A aplicação dessa nova norma não gerou efeitos sobre as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia não reconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- a) Base de consolidação--Continuação
 - (iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompanhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por aplicações de curto prazo, de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

d) <u>Investimentos</u>

A Companhia detém o controle de todas as suas subsidiárias, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 14. Desta forma, seus investimentos são avaliados por equivalência patrimonial.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Registrado pelo custo histórico e de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução do valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado formam parte do custo deste ativo, conforme estabelece o CPC 20 e IAS 23 (Borrowing Costs). Os custos de empréstimos já estavam sendo capitalizados conforme Deliberação CVM 193/96 tendo em vista que são diretamente atribuíveis à construção do ativo.

(ii) Depreciação

A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15 - Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Não houve alteração significativa na vida útil dos bens que estão sujeitos a depreciação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável - Impairment

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

a. Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perdas de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais.
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência.
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no valor justo abaixo do seu custo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- f) Redução ao valor recuperável Impairment Continuação
 - a. Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis)--Continuação

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- f) Redução ao valor recuperável Impairment -- Continuação
 - a. Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis)--Continuação

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

A Administração da Companhia não identificou evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2013.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente na mesma época.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- f) Redução ao valor recuperável Impairment Continuação
 - b. Ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGCs, e então para redução do valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia identificou indicadores que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2013, conforme Nota Explicativa n° 15 - Imobilizado.

g) Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos não-correntes à venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos não-correntes à venda, tais ativos são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então, os ativos não-correntes à venda são medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

g) Ativos mantidos para venda--Continuação

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial do ativo como mantido para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

h) Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, decrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Nas operações com derivativos, variações do valor justo são registradas no resultado financeiro, na conta de Instrumentos Derivativos.

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

h.1. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. Clientes e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificados nesta categoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

h) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

h.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

h.3. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

h.4. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- h) Instrumentos financeiros--Continuação
 - h.5. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas operam com instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e aos fluxos de caixa.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado (risco de moeda estrangeira) e no Patrimônio Líquido (hedge de fluxo de caixa).

Hedges de fluxos de caixa

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente documentaram o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia e suas controladas fizeram avaliações, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, para verificar se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento, conforme definido no CPC 38. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final afetarão o lucro líquido reportado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

h) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado, no mesmo período em que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

i) Pagamentos baseados em ações

A Companhia registra as opções de compra de ações outorgadas pela Companhia e pelo Controlador, inclusive as opções de compras de ações de outras companhias coligadas outorgadas pelo controlador a executivos e conselheiros da Companhia, a valor justo, em conta específica no Patrimônio Líquido e demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas, e em conformidade com o CPC 10, ICPC 05, IFRS 2 e IFRIC 11 (*Share-based Payment*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

i) Receita operacional

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

(i) Venda de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos produtos foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Prestação de serviços

A receita de serviços prestados será reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

(iii) Arrendamento mercantil

A receita oriunda do arrendamento mercantil é reconhecida como receita no demonstrativo de resultados em bases lineares, pelo prazo do contrato de afretamento.

(iv) Contratos de construção

As receitas oriundas da construção de embarcações são reconhecidas proporcionalmente à etapa de construção do contrato (*percentage of completion* - POC), de acordo com a política contábil da Companhia sobre contratos de construção, conforme descrito neste relatório.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

k) Receita operacional--Continuação

(i) Contratos de construção--Continuação

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de forma confiável, a receita e o custo são reconhecidos proporcionalmente à etapa de conclusão física ao final do período de reporte. A avaliação é baseada na proporção dos custos incorridos para trabalhos executados até a data, relativos ao custo total estimado do contrato, exceto onde isto não seria representativo do estágio de construção. Os aditivos de contrato, reclamações e pagamentos de incentivos são considerados desde que acordados com o cliente e consequentemente considerados como prováveis. Quando o resultado do contrato de construção não pode ser estimado com confiança, a receita é reconhecida na medida em que os custos são incorridos e desde que seja provável a sua realização. Os custos contratuais são reconhecidos como despesas do exercício no qual são incorridos. Quando for provável que o total de custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais, a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

m) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social contabilizados no resultado são formados pela despesa corrente destes tributos, e, também, pelo diferido líquido que é resultante do cálculo do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias ativas e passivas, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório.

Dentre as empresas optantes pelo lucro real, somente a OSX Serviços apurou lucro tributável neste exercício, havendo base de cálculo positiva para o imposto de renda e contribuição social. As demais empresas não apuraram lucro tributável e consequentemente não houve base positiva para fins de cálculo de imposto de renda e contribuição social.

Para as empresas no exterior, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, onde aplicável, com base nas respectivas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

o) <u>Informações por segmento</u>

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são relatados à Administração incluem não apenas os itens diretamente atribuíveis ao segmento, como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede, despesas e receitas financeiras e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

p) <u>Demonstração do valor adicionado</u>

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

q) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

q) Novas normas e interpretações ainda não adotadas--Continuação

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e também de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis no Brasil - CPCs, e incluem as informações da controladora OSX e suas controladas diretas e indiretas e dos fundos exclusivos.

Em 31 de dezembro de 2013, a OSX possui as seguintes empresas controladas com participação direta e/ou indireta:

Empresas sediadas na Cidade e Estado do Rio de Janeiro

OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial ("OSX Construção Naval")

Constituída em 28 de julho de 2009, tem como objeto social as atividades de construção, reparo, montagem, integração e venda de unidades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás natural, estruturas e equipamentos correlatos, para fornecimento ao mercado de petróleo e gás natural do Brasil, sendo a responsável pela Unidade de Construção Naval do Açu ("UCN Açu").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Empresas sediadas na Cidade e Estado do Rio de Janeiro--Continuação

OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em recuperação judicial ("OSX Serviços")

Constituída em 25 de novembro de 2009, tem como objeto social a prestação de serviços de operação e manutenção de unidades marítimas ligadas às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, tais como, mas não limitada a, Plataformas Fixas de Produção e/ou Perfuração, unidades Flutuantes de Perfuração ou de Produção, unidades tipo FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading) e unidades do tipo FSO (Floating, Storage and Offloading), além da prestação de serviços de engenharia, incluindo consultoria em engenharia básica, engenharia de detalhamento, FEED (Front End Engineering Detail), e de serviços de consultoria no setor de equipamentos marítimos para atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

OSX Serviços Gerais Ltda. ("OSX Serviços Gerais")

Constituída em 28 de janeiro de 2011, tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como a prestação de fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controladora ou outras sociedades sob controle comum.

• Integra Offshore Ltda. ("Integra")

Constituída em 02 de julho de 2012, que tem como objeto social a integração de duas unidades FPSO.

Empresas sediadas no exterior

OSX GmbH ("OSX GmbH")

Constituída em 22 de outubro de 2009 através da aquisição do capital social da BVSARANTATRIABeteiligungsverwaltungGmbH, uma sociedade existente e constituída de acordo com as leis austríacas, sediada na Áustria, em 19 de novembro de 2009 passou a se denominar OSX GmbH. A empresa tem como objeto social participar em outras sociedades. Esta aquisição não foi caracterizada como uma combinação de negócios, de acordo com as definições estabelecidas no CPC 15 e IFRS 3 (*Business Combinations*) por tratar-se de aquisição de uma empresa sem nenhum ativo ou passivo e sem fluxo de caixa projetado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Empresas sediadas no exterior--Continuação

OSX Leasing Group B.V. ("OSX LG")

Constituída em 20 de novembro de 2009, de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, tem como objeto social participar em outras sociedades.

OSX Asia Management Pte. Ltd

Constituída em 05 de abril de 2012 de acordo com as leis asiáticas, sediada em Cingapura, que tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura.

• OSX 1 Leasing B.V. ("OSX 1")

Constituída em 23 de dezembro de 2009, de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, a OSX 1 é proprietária de uma unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) de óleo e gás, o FPSO OSX-1.

OSX2 Leasing B.V. ("OSX 2")

Constituída em 6 de janeiro de 2011, de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, é proprietária de uma unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) de óleo e gás, o FPSO OSX-2.

OSX WHP 1 & 2 Leasing B.V. ("WHP 1 & 2")

Constituída em 16 de junho de 2011, de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, tem como objeto social ser proprietária de duas unidades fixas de perfuração e produção de óleo e gás.

• OSX 3 Leasing B.V. ("OSX 3")

Constituída em 17 de junho de 2011, de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, é proprietária de uma unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) de óleo e gás, o FPSO OSX-3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Empresas sediadas no exterior--Continuação

OSX 2 Holding B.V. ("OSX 2 HOL")

Constituída em 29 de setembro de 2011 de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como a prestação de fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controlada ou outras sociedades sobre controle comum.

• OSX 3 Holding B.V. ("OSX 3 HOL")

Constituída em 02 de fevereiro de 2012 de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como prestar fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controlada ou outras sociedades sobre controle comum.

OSX WHP 1&2 Holding B.V. ("WHP 1&2 HOL")

Constituída em 02 de fevereiro de 2012 de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, tem como objeto social a prestação de serviços gerais e corporativos, incluindo o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura, bem como a prestação de fianças e outras garantias relativas a obrigações assumidas por sua controlada ou outras sociedades sobre controle comum.

OSX 4 Leasing B.V. ("OSX 4")

Constituída em 02 de fevereiro de 2012 de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, tem como objeto social ser proprietária de uma unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) de óleo e gás.

• OSX 5 Leasing B.V. ("OSX 5")

Constituída em 02 de fevereiro de 2012 de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, que tem como objeto social ser proprietária de uma unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO) de óleo e gás.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Empresas sediadas no exterior--Continuação

OSX Procurement B.V. (OSX Procurement)

Constituída em 29 de Outubro de 2012 de acordo com as leis holandesas, sediada na Holanda, que tem como objeto social de obter, adquirir, vender, alugar, arrendar material e equipamentos relacionados a indústria de Óleo & Gás.

A seguir, os percentuais de participação da OSX que possui em suas empresas controladas e fundos exclusivos, os quais são todos consolidados.

	Percentual de participação	
	31/12/2013	31/12/2012
Controladas diretas		
OSX Construção Naval	90,00%	90,00%
OSX Serviços	99,99%	99,99%
OSX Serviços Gerais	99,99%	99,99%
OSX GmbH	100,00%	100,00%
Controladas indiretas		
Chalki (*)	-	89,99%
OSX LG	100,00%	100,00%
OSX Asia Management Pte. Ltd	100,00%	100,00%
OSX 1	100,00%	100,00%
OSX 2 HOL	100,00%	100,00%
OSX 2	100,00%	100,00%
OSX 3 HOL	100,00%	100,00%
OSX 3	100,00%	100,00%
WHP 1&2 HOL	100,00%	100,00%
WHP 1& 2	100,00%	100,00%
OSX 4	100,00%	100,00%
OSX 5	100,00%	100,00%
OSX Procurement B.V.	100,00%	100,00%
Integra Offshore Ltda.	100,00%	49,00%
	49,00%	
Fundos exclusivos		
OSX 63 Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	0,37%	100,00%

^(*) Conforme Nota Explicativa n° 12 - Ativos destinados à venda, em 16 de janeiro de 2013, as subsidiárias OSX Construção Naval e OSX Serviços, assinaram contrato de compra e venda da totalidade de suas ações da Chalki Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

4. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação dos saldos de despesas e receitas decorrentes de negócios entre as companhias consolidadas.
- c) As flutuações de moeda referentes a ativos monetários intercompanhias são reconhecidas como variação cambial na demonstração do resultado da entidade que reporta a informação.
- d) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (ou prejuízos) acumulados das empresas controladas.
- e) A participação dos acionistas não controladores, que representa a parcela do resultado do período e do patrimônio líquido que não é detida pela Companhia, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidado e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.
- f) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	Diagora	Consc	niuauo
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos Aplicações financeiras	598 	274 245.694	11.407	730.067 954.009
	598	245.968	11.407	1.684.076

Controladora

Concolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, em função de condições restritivas impostas pelas instituições financeiras do uso de recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, a empresa reclassificou todo o montante que não possuía liquidez imediata em 31 de dezembro de 2013, para a rubrica caixa restrito, conforme Nota Explicativa n° 7. Tais restrições não eram verificadas em 31 de dezembro de 2012.

6. Aplicações financeiras

A seguir está apresentada a composição de títulos públicos da carteira de aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Bradesco - fundo exclusivo	4	18.782	1.174	21.059
Total aplicações financeiras	4	18.782	1.174	21.059

As aplicações financeiras referem-se a cotas de fundos de investimento exclusivo com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e possuem taxa média de remuneração de 51,9% do CDI (marcação a mercado).

O Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado OSX 63 ("FIM CP OSX 63") é administrado pelo Bradesco Asset Management e lastreado em títulos públicos federais e títulos privados (debêntures e Cédulas de Depósitos Bancários - "CDB") emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas. O FIM CP OSX63, em 31 de dezembro de 2013, possuía somente títulos públicos federais.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do título ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de títulos similares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

7. Caixa restrito

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
OSX 1 Leasing BV Standard Bank OSX 2 Leasing BV	20.315	-
Citibank OSX 3 Leasing BV	123.443	-
DNB	63	-
Citibank	9.027	-
	152.848	=

A Companhia cumpre exigência dos contratos de financiamento junto às instituições financeiras, a qual restringe a utilização de recursos depositados em determinadas contas bancárias única e exclusivamente para pagamentos referentes aos projetos; necessitando para tal a aprovação das mesmas.

8. Depósitos vinculados

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
OSX1 (a)	3.484	41.132
OSX LG (b)	39.943	24.643
OSX Serviços Operacionais	-	3.089
OSX Construção Naval (c)	4.302	-
•	47.729	68.864

- (a) Em 31 de dezembro de 2013, a subsidiária OSX 1 detinha uma aplicação financeira no Standard Chartered Bank Singapore, no montante de USD1,4 milhões, equivalentes a R\$3,4 milhões, como depósito vinculado ao instrumento da dívida de longo prazo junto a um sindicato de bancos liderado pelo DVB Bank, contratada em 30 de novembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2013, o mesmo foi reclassificado para o curto prazo, conforme reclassificação da dívida mencionada em Nota Explicativa nº 21.a.iv.
- (b) Em 31 de dezembro de 2013, a subsidiária OSX LG detinha uma conta remunerada no HSBC Bank USA, National Association, no montante de USD 17 milhões, equivalentes a R\$39,9 milhões, como depósito vinculado ao instrumento derivativo (*swap* de fluxo de caixa de taxa de juros), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 35 Instrumentos Financeiros. Tal contrato menciona chamadas de margens diárias para MtM (*mark to Market*) superior a USD10 milhões negativos.
- (c) Em 31 de dezembro de 2013, a OSX Construção Naval detinha uma aplicação em LFT no montante de R\$4,3 milhões com o Banco Itaú S.A., com remuneração de 98% do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

9. Clientes

O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2013 é representado por montantes a receber oriundo da operação com a empresa OGpar e está divididos da seguinte forma:

	Conso	lidado
	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber com OGpar		
Operações de afretamento (*)	24.597	-
Serviços de Operação e Manutenção (O&M)	12.977	63.106
Custos reembolsáveis de mobilização/ sobressalentes	142	-
•	37.716	63.106
Contas a receber com Kingfish		
Construção dos navios-tanque	-	37.409
·	-	37.409
	37.716	100.515
Circulante	37.716	100.515
Não Circulante	-	-

^(*) O contas a receber da OGpar está apresentado líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa para os faturamentos anteriores a recuperação judicial deste cliente.

O saldo do contas a receber apresentado está deduzido do montante de R\$92.461, referente provisão de crédito de liquidação duvidosa constituída.

10. Estoques

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	
Materiais	4.292	8.584	
Adiantamentos a fornecedores – IHC Offshore (i)	140.674	32.836	
Produtos em elaboração	-	9.892	
Outros	699	1	
	145.665	51.313	

 ⁽i) Adiantamentos efetuados para equipamentos a serem utilizados na construção do navio lançador (PLSV -Pipe-Laying Support Vessel).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

11. Tributos a recuperar

Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de utilização de todo o saldo pois vem buscando compensações sejam elas com outros impostos federais ou por pedido de restituição junto a receita federal, conforme previsto em lei.

	Contro	oladora	Conso	olidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/013	31/12/2012
Imposto de renda – antecipação	-	-	5.388	-
Contrib. social – antecipação	-	-	1.965	-
IRRF retido sobre faturamento	-	-	1.097	146
IRPJ saldo negativo (*)	55.350	55.151	66.835	55.151
IRRF período em curso	1.048	880	1.207	19.579
Outros créditos	130	2.076	1.436	7.898
Tributos a recuperar	56.528	58.107	77.928	82.774
Circulante	-	58.107	_	82.774
Não circulante	56.528	-	77.928	-

^(*) Os valores de saldo negativo s\u00e3o IRRF sobre aplica\u00f3\u00f3es financeiras de exerc\u00edcios anteriores que transformam-se em saldo negativo ao final do exerc\u00edcio.

12. Ativos destinados à venda

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	
Terrenos Biguaçu, Santa Catarina (i)	-	63.000	
FPSOs OSX1 e OSX2 (ii)	3.431.822	=	
	3.431.822	63.000	

- (i) De acordo com a decisão da Companhia de instalar a Unidade de Construção Naval (UCN) de sua subsidiária OSX Construção Naval, no Complexo Industrial do Superporto do Açu, no Município de São João da Barra, estado do Rio de Janeiro, todos os terrenos situados em Biguaçu, estado de Santa Catarina, foram reclassificados para o ativo circulante, conta de ativos destinados à venda. Em 31 de dezembro de 2012, esses terrenos integravam os ativos da Chalki Participações S.A. Em 16 de janeiro de 2013, as subsidiárias OSX Construção Naval e OSX Serviços, assinaram contrato de compra e venda da totalidade de suas ações da Chalki Participações S.A., no montante de R\$63.000. O valor do ativo vendido foi recebido durante o segundo trimestre de 2013. Em 31 de dezembro de 2013, não havia mais saldo em ativos mantidos à venda.
- (ii) Com o cancelamento dos contratos de afretamento dos FPSOs OSX1 e OSX2, a Companhia reclassificou do ativo imobilizado para o ativo disponível à venda, no ativo circulante, o montante de R\$3.431.822, relativos ao valor de venda desses ativos, conforme Nota Explicativa nº 15 Imobilizado. Os ativos estão avaliados pelo valor de venda e líquidos dos custos da comercialização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 (Tributos sobre o lucro), a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esta condição foi feita levando em consideração a legislação tributária de cada país. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso ocorram fatos relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício, de acordo com a expectativa de ganhos futuros e ajustamos os saldos remanescentes de prejuízos fiscais ainda compensáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

		Movimentação de impostos diferidos líquidos								
	Controladora									
<u>-</u>	Prejuízos fiscais	Base negativa	Provisão para operações de hedge	Provisão sobre hedge accounting	Demais provisões	Total				
Reconhecido no resultado do exercício Reconhecido no patrimônio líquido	16.614	5.982	-	- 39.642	4.859	27.455 39.642				
Em 31 de dezembro de 2012	16.614	5.982	-	39.642	4.859	67.097				
Reconhecido no resultado do exercício Reconhecido no Patrimônio líquido	(16.614) -	(5.982)	-	- (39.642)	(4.859) -	(27.455) (39.642)				
Em 31 de dezembro de 2013	-	-	•	-	-	-				

		Movimentação de impostos diferidos líquidos Consolidado								
	Prejuízos fiscais	Base negativa	Provisão para operações de <i>hedge</i>	Provisão sobre hedge accounting	Créditos fiscais de empresas no exterior	Despesas pré operacionais	Demais provisões	Total		
Reconhecido no resultado do exercício Reconhecido no patrimônio líquido	18.523	6.668	- -	- 39.642	- -	24.944 -	12.994	63.129 39.642		
Em 31 de dezembro de 2012	18.523	6.668	-	39.642	-	24.944	12.994	102.771		
Reconhecido no resultado do exercício Reconhecido no patrimônio líquido	(18.523)	(6.668)	:	(39.642)	:	(24.944)	(8.624)	(58.759) (39.642)		
Em 31 de dezembro de 2013	-				-		4.370	4.370		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Conciliação dos ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado:

A conciliação do IRPJ/CSLL apurados conforme alíquotas nominais vigentes e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.284.052)	1.728	(2.337.814)	(50.999)	
Ajustes RTT Despesa com opção de ações outorgadas	(60.500)	10.712	(60.771)	21.339	
Total do IRPJ/CSLL diferido e corrente após RTT	(2.344.552)	12.440	(2.398.585)	(29.660)	
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(797.148)	4.230	(815.519)	(10.084)	
Ajustes para apuração da alíquota efetiva Resultado de empresas com alíquotas diferenciadas Resultado de equivalência patrimonial Exclusões permanentes, líquidas Incentivos fiscais PAT/PRONAC Créditos fiscais de empresas no exterior Reversão Diferido sobre Prejuízo Fiscal Outros Total do imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	784.142 248 - - 40.213 - 27.455	(18.999) 799 - - - - - (13.970)	(297.388) 782.960 286 - - 391.687 2 62.028	(25.988) - 924 (173) 17.046 - - (18.275)	
Total do imposto de renda e contribuição social diferido no resultado Total do imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	27.455 -	(13.970)	58.757 3.271	(22.498) 4.223	
Total do imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	27.455	(13.970)	62.028	(18.275)	
Alíquota efetiva	(1%)	(112%)	(2%)	(62%)	

Para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social, o regime de tributação adotado pela Companhia e suas Controladas é o do lucro real anual.

A apuração de imposto de renda das empresas estrangeiras é efetuada com observância à legislação fiscal dos respectivos países.

Ainda para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2013 as empresas optantes pelo lucro real adotaram o regime tributário de transição ("RTT"), conforme previsto na Medida Provisória nº 449/08 convertida em Lei nº 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável consideraram os critérios da Lei nº 6.404/76 antes das alterações das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Investimentos

a) Participações societárias diretas

				31/12/2013			
Controladas diretas	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
OSX Construção Naval OSX Serviços OSX Serviços Gerais OSX GmbH	90,00% 99,99% 99,99% 100,00%	897.194 36.180 1.000	3.317.606 40.247 1.190 5.535.761	3.199.157 65.193 1 3.942.755	118.449 (24.946) 1.189 1.593.006	62.131 28.449 - 350.864	(883.356) (79.667) 53 1.431.670
				31/12/2012			
Controladas diretas	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio Iíquido	Receita Iíquida	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício

b) Participações societárias indiretas

	31/12/2013								
Controladas indiretas	Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício			
OSX LG	100,00%	2.040.530	488.363	1.552.167	-	1.388.417			
OSX 1	100,00%	1.426.314	651.895	774.420	443.025	(189.145)			
OSX 2	100,00%	2.160.251	2.194.524	(34.273)	-	204.149			
OSX 2 HOL	100,00%	401.890	439.160	(37.260)	-	232.526			
OSX 3 HOLCo	100,00%	326.502	327.219	(717)	-	712			
OSX 3 HOL	100,00%	527.678	377.263	150.415	-	360.595			
OSX 3	100,00%	1.784.631	1.636.990	147.641	24.628	363.120			
WHP 1&2 HOL	100,00%	103.601	103.670	(69)	-	107			
WHP 1&2	100,00%	81.403	1.046.453	(965.050)	-	934.048			
OSX 4	100,00%	57.168	31.904	25.624	-	(23.304)			
OSX 5	100,00%	12.275	9.678	2.597	-	(2.378)			
OSX Procurement	100,00%	20	1.752	(1.731)	-	`1.648 [´]			
OSX Asia	100,00%	6.292	2.795	`3.497 [´]	-	3.315			
Integra Offshore Ltda.	49,00%	200.509	193.472	86.946	90.821	7.037			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Investimentos--Continuação

b) Participações societárias indiretas--Continuação

	31/12/2012								
Controladas indiretas	Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Iíquida	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício		
Chalki	89,99%	71.613	63.000	-	63.000	_	8.613		
OSX LG	100,00%		2.732.844	809.284	1.923.560	_	75,607		
OSX 1	100,00%	-	1.386.501	853.456	533.045	245.576	76.888		
OSX 2	100.00%	-	2.230.021	2.141.354	88.667	_	1.446		
OSX 2 HOL	100,00%	-	600.288	523.147	77.141	-	(23.987)		
OSX 3 HOL	100,00%	-	472.740	4	472.736	-	` 516 [′]		
OSX 3	100,00%	-	1.542.892	1.070.185	472.707	-	465		
WHP 1&2 HOL	100.00%	-	87.009	86.968	41	-	(8)		
WHP 1&2	100.00%	-	856.089	813.270	42.819	-	22		
OSX 4	100,00%	-	937	970	(33)	-	(83)		
OSX 5	100,00%	-	638	625	`13 [´]	-	(36)		
OSX Procurement	100,00%	-	51		51	_	-		
OSX Asia	100,00%	-	4.184	11	4.173	-	(35)		
Integra Offshore Ltda (*)	49%	-	163	141	22	-	22		

^(*) Dados balancete de novembro/12

c) <u>Movimentações - Controladora</u>

		Movimentação							
Controladas			*	Adiantamento para futuro	Ajuste	*	•	Provisão Passivo	
Controladas		Aporte de	Equivalência	aumento de	acumulado	Hedge	Stock	Líquido a	
	31/12/2012	capital	patrimonial	capital	de conversão	accounting	Options	Descoberto	31/12/2013
OSX Construção Naval	892.382	-	(795.021)	31.000	-	-	(3.343)		125.017
OSX Serviços	47.063	-	(79.659)	6.000	-	-	1.651	24.946	-
OSX Serviços Gerais	1.136	-	53	-	-	-			1.189
OSX GmbH	1.925.765	644.830	(1.431.670)	-	371.663	82.418			1.593.006
									-
Total	2.866.346	644.830	(2.306.297)	37.000	371.663	82.418	(1.692)	24.946	1.719.212

d) Participações em Entidades de Propósitos Específicos - EPEs

A Companhia mantém participação em doze EPEs, que são consolidadas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 408, de 18 de agosto de 2005. As EPEs OSX 1, OSX 2 HOL, OSX 2, OSX 3 HOL CO, OSX 3 HOL, OSX 3, WHP 1&2 HOL, WHP 1 & 2, OSX 4, OSX 5, OSX Procurement e OSX Asia são sociedades criadas de acordo com as leis holandesas e de Cingapura e suas atividades estão descritas na Nota Explicativa nº 4 - Demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

14. Investimentos--Continuação

d) Participações em Entidades de Propósitos Específicos - EPEs--Continuação

A controlada, OSX Construção Naval, detém participação de 49% do capital votante e total da empresa Integra Offshore Ltda. ("Integra"). Conforme o CPC 19, esta empresa é consolidada às demonstrações financeiras da Companhia, e sua participação está avaliada como equivalência patrimonial representando o montante de R\$41.180 em 31 de dezembro de 2013.

e) Garantias concedidas em favor das controladas e coligadas

As garantias concedidas em favor de controladas e coligadas estão descritas na Nota Explicativa nº 22 - Partes relacionadas.

15. Imobilizado

	Consc	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012		
OSX Brasil (Controladora)	811	8.716		
OSX Construção Naval	2.637.848	1.824.168		
OSX Serviços	800	370		
OSX GmbH	1.858.390	5.587.355		
	4.497.849	7.420.609		

a) Composição dos saldos

		Controladora		
Taxa de		31/12/2013		31/12/2012
depreciação		Depreciação		, , <u> </u>
a.a.%	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
10	697	(186)	511	414
10	-	` -	-	178
20	1.227	(712)	515	760
20	-	(215)	(215)	7.364
•	1.924	(1.113)	811	8.716
	depreciação a.a.% 10 10 20	depreciação a.a.% Custo 10 697 10 - 20 1.227 20 -	Taxa de depreciação a.a.% 31/12/2013 Depreciação acumulada Depreciação acumulada 10 697 (186) 10 - - 20 1.227 (712) 20 - (215)	Taxa de depreciação a.a.% 31/12/2013 Depreciação a.a.% Depreciação acumulada Líquido 10 697 (186) 511 10 - - - 20 1.227 (712) 515 20 - (215) (215)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Imobilizado--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

			Consolidado				
	Taxa de			31/12/2012			
	depreciação		Depreciação				
	a.a.%	Custo	acumulada	Líquido	Líquido		
Móveis e utensílios	10	4.192	(643)	3.549	1.930		
Máguinas e equipamentos	10	22	` (1)	21	1.150		
Equipamentos de informática	20	5.220	(1.962)	3.258	3.724		
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20	1.843	` (506)	1.337	8.206		
Instalações gerais	10	172	`(11)	161	-		
FPSO OSX 1 (i)	4	-	`-	-	1.272.630		
FPSO OSX 2 (ii)	4	-	-	-	1.659.947		
FPSO OSX 3 (iii)	5	1.757.229	(9.514)	1.747.715	1.495.445		
		1.768.678	(12.637)	1.756.041	4.443.032		
Imobilizado em formação - UCN (iv)		2.631.167	-	2.631.167	1.818.258		
Imobilizado em formação - OSX 4 e OSX 5 (v)		-	-	-	277.768		
Imobilizado em formação - WHP 1 (vi)		-	-	-	431.126		
Imobilizado em formação - WHP 2 (vi)		110.641	-	110.641	431.126		
Imobilizações de projetos em formação (vii)			-	-	19.299		
		2.741.808	-	2.741.808	2.977.577		
		4.510.486	(12.637)	4.497.849	7.420.609		

i. FPSO OSX 1

Em 27 de dezembro de 2009, a OSX 1 firmou com a Centennial Asset Ltd. ("CAL") contrato visando a aquisição da unidade flutuante de produção, armazenamento e descarga denominada FPSO OSX 1 e de determinados bens, direitos e obrigações relacionados à mesma. Em 30 de dezembro de 2009, a OSX 1 pagou à CAL o valor de USD 8 milhões, além de assumir os contratos de empréstimo firmados com Banco Bradesco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A. para financiamento da aquisição do FPSO OSX 1 e de determinados direitos e outros ativos a ela relacionados, no montante de USD350 milhões, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 - Partes Relacionadas. Desta forma, o valor de aquisição deste ativo foi de USD358 milhões.

A construção do FPSO OSX 1 foi concluída no estaleiro da Samsung Heavy Industries Co. Ltd. na Coréia do Sul e a unidade foi entregue à sua proprietária OSX 1 Leasing B.V. em 27 de janeiro de 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Imobilizado--Continuação

- a) Composição dos saldos--Continuação
 - i. FPSO OSX 1--Continuação

A "customização" da unidade foi concluída em Cingapura no mês de agosto de 2011, e em 06 de outubro de 2011, o FPSO OSX 1 chegou ao Rio de Janeiro, onde passou por procedimentos obrigatórios juntos às autoridades brasileiras competentes. Os custos com "customização" totalizaram USD 249 milhões desde a sua aquisição.

O FPSO OSX 1 conta com capacidade instalada nominal de produção de 60.000 barris por dia, e de armazenagem de 950.000 barris.

Conforme laudo técnico emitido por empresa especializada, a vida útil da unidade está estabelecida em 25 anos.

Em função do cancelamento de contrato, informado através de Fato Relevante em 29 de outubro de 2013, a OSX iniciou tratativas com a cliente OGpar visando obter as aprovações necessárias para desconexão do FPSO OSX-1 do Campo de Tubarão Azul.

Conforme informado na Nota Explicativa nº 37 - Eventos subsequentes, em 03 de fevereiro de 2014, a OSX celebrou novo acordo com a OGpar e sua subsidiária OGX visando a realização de testes com uso desta plataforma para eventual retomada de produção. As companhias estimam que o período de testes perdure até 19 de maio de 2014 e, caso apresente condições satisfatórias, a retomada de produção estará, ainda, sujeita a determinadas condições precedentes, dentre as quais o estabelecimento de custos operacionais e financeiros entre todas as partes envolvidas.

O FPSO OSX1 foi reclassificado para ativo destinado à venda, no ativo circulante, no montante de R\$1.397.473, conforme Nota Explicativa nº 12 - Ativo destinado à venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Imobilizado--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

ii. FPSO OSX 2

Em 25 de abril de 2011, a OSX LG celebrou contrato com a SBM Offshore (Single Buoy Moorings, Inc. Offshore), para início das atividades de engenharia, construção, suprimento e instalação (EPCI) da plataforma flutuante denominada FPSO OSX 2. Conforme plano de negócios da OSX naquela época, esta unidade seria arrendada para a cliente OGPar pelo prazo de 20 anos na Bacia de Campos e operada pela OSX Serviços. Em julho de 2013, a cliente OGpar anunciou que não utilizaria tal unidade em nenhum dos campos originalmente previstos. Através de Fato Relevante divulgado em 11 de novembro de 2013 a OSX informou a rescisão do contrato com a cliente OGpar relativo ao afretamento e operação da unidade FPSO OSX 2.

O FPSO OSX 2 tem capacidade instalada nominal de produção de 100.000 barris por dia e capacidade de armazenamento de 1.300.000 barris. O ativo foi concluído ao custo total de R\$2.231.325 equivalentes a USD952.499, incluindo-se neste valor custos diretos, indiretos e financeiros.

A Companhia registrou perda acumulada pela não recuperabilidade deste ativo no montante de R\$ 174.663, conforme descrito na Nota Explicativa 15 d e a reclassificação para o ativo destinado à venda, no ativo circulante, no montante de R\$2.034.349, relativos ao valor de venda FPSO OSX2, conforme Nota Explicativa nº 12 - Ativo destinado à venda.

iii. FPSO OSX 3

Em 15 de julho de 2011, a OSX 3 celebrou contrato com a Modec Inc., para início das atividades de engenharia, construção, suprimento e instalação (EPCI) da plataforma flutuante denominada FPSO OSX 3, arrendada para a cliente OGpar pelo prazo de 20 anos na Bacia de Campos e operada pela OSX Serviços. A unidade está em operação no campo de Tubarão Martelo desde novembro de 2013.

Conforme laudo técnico emitido por empresa especializada, a vida útil da unidade está estabelecida em 20 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Imobilizado--Continuação

- a) Composição dos saldos--Continuação
 - iii. FPSO OSX 3--Continuação

O FPSO OSX 3 tem capacidade instalada nominal de produção de 100.000 barris por dia e capacidade de armazenamento de 1.300.000 barris. O ativo foi concluído ao custo total de R\$2.283.416 equivalentes a USD974.736, incluindo-se neste valor custos diretos, indiretos e financeiros.

A Companhia registrou perda pela não recuperabilidade deste ativo no montante de R\$526.187, conforme descrito na Nota Explicativa 15 d.

iv. Imobilizado em formação - UCN

Os custos diretamente atribuíveis na construção da UCN estão sendo capitalizados na medida em que ocorrem. Tais custos são imprescindíveis para que este ativo seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Este montante é composto substancialmente pela transferência de tecnologia, oriunda do Acordo de Cooperação Técnica, que a OSX Construção Naval e a Hyundai Heavy Industries celebraram em 1º de fevereiro de 2010 e pelas obras civis relativas ao início da construção do Porto do Açu.

A Companhia registrou perda pela não recuperabilidade deste ativo no montante de R\$659.141, conforme descrito na Nota Explicativa 15 d.

v. Imobilizado em formação - OSX 4 e OSX 5

Em 2010, a subsidiária OSX LG adquiriu dois navios-irmãos do tipo VLCC (*Very Large Crude Oil Carriers*), denominados Gemini Star e Suhail Star pelo preço total de USD54 milhões.

A aquisição desses dois navios tinha como objetivo sua transformação nos FPSOs OSX 4 e OSX 5, inicialmente destinados à cliente OGpar. Em 01 de julho de 2013, a OGpar informou sua decisão de interromper a encomenda dessas unidades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Imobilizado--Continuação

- a) Composição dos saldos--Continuação
 - v. Imobilizado em formação OSX 4 e OSX 5--Continuação

Em função dessa decisão, a Companhia efetuou em 30 de junho de 2013, a reclassificação para o ativo disponível à venda, no ativo circulante, no montante de R\$70.899, relativos ao valor de venda desses cascos.

Em 30 de setembro de 2013, esses ativos foram vendidos e baixados do ativo disponível à venda. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou o reconhecimento da baixa desses ativos, no montante de R\$261.227.

Em função do cancelamento destas encomendas, a Companhia celebrou acordo pelo qual a OGpar efetuou desembolso de caixa a título de compensação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23 - Compensações recebidas da cliente OGpar.

vi. Imobilizado em formação - WHP 1 & 2

Em 30 de setembro de 2013, a Companhia havia investido USD354,4 milhões substancialmente referentes a contrato EPCIC (Engenharia, Contratação, Construção, Instalação e Comissionamento) firmado com a empresa Techint e USD108,3 milhões referentes ao contrato firmado com a empresa TTS Energy para a construção de plataforma fixa de exploração de petróleo WHP 2 destinada à cliente OGpar.

Em 01 de julho de 2013, a OGpar informou sua decisão de interromper a encomenda da unidade WHP 1. Devido ao cancelamento desta encomenda, a Companhia celebrou acordo pelo qual a OGpar efetuou desembolso de caixa a título de compensação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23 - Compensações recebidas da cliente OGpar.

Conforme divulgado em Fato Relevante, no dia 11 de novembro de 2013 a OSX rescindiu o contrato com a cliente OGpar, relativo ao arrendamento da plataforma WHP-2.

A Companhia registrou perda pela não recuperabilidade do ativo WHP2 no montante de R\$1.064.892, conforme descrito na Nota Explicativa 15 d.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Imobilizado--Continuação

a) Composição dos saldos--Continuação

vii. Imobilizações de projetos em formação

Em 01 de julho de 2013, a cliente OGPar informou sua decisão de interromper as encomendas de outros projetos em formação, notadamente as WHPs 3 e 4. Em função dessa decisão, a Companhia efetuou em 31 de dezembro de 2013 o reconhecimento da baixa dos valores já investidos nestes projetos, no montante de R\$ 26.055.

Ainda em função do cancelamento destas encomendas, a Companhia celebrou acordo pelo qual a cliente OGPar efetuou desembolso de caixa a título de compensação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23 - Compensações recebidas da cliente OGPar.

b) Movimentação do custo

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Reclassificação	Baixas	Saldo em 31/12/2013		
Móveis e utensílios Máguinas e equipamentos	503 197	-	197 (197)	-	700		
Equipamentos de informática	1.180	44	(197)	-	1.224		
Benfeitoria em propriedade de terceiros	10.260		-	(10.260)	-		
Total	12.140	44	-	(10.260)	1.924		

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2012	Adições (i)	Baixas (ii)	Impairment (iii)	Reclassificação (iv)	Variação cambial (v)	Saldo em 31/12/2013
Móveis e utensílios	2.066	949	(22)	-	1.198	-	4.192
Máquinas e equipamentos	1.220	-	-	-	(1.198)	-	22
Equipamentos de informática	4.764	1.149	(693)	-	-	-	5.220
Benfeitorias em propriedades de terceiros	11.203	1.072	(10.260)	-	(172)	-	1.843
Instalações gerais	-	-	-	-	172	-	172
FPSO OSX 1	1.339.611	-	-	-	(1.535.685)	196.074	-
FPSO OSX 2	1.659.947	220.266	-	(174.663)	(2.056.662)	351.112	-
FPSO OSX 3	1.495.445	502.914	-	(526.187)	•	285.056	1.757.229
Imobilizado em formação – UCN	1.818.258	1.299.334	-	(659.141)	-	172.716	2.631.167
Imobilizado em formação - OSX 4 e OSX 5	277.768	11.599	(261.227)	· · · · ·	(70.899)	42.760	-
Imobilizado em formação - WHP 1	431.126	57.748	(531.695)	-	•	42.821	-
Imobilizado em formação - WHP 2	431.126	618.882	· ·	(1.064.892)	-	125.524	110.641
Imobilizações de projetos em formação	19.300	3.709	(26.055)		-	3.047	<u> </u>
	7.491.833	2.717.622	(829.952)	(2.424.883)	(3.663.246)	1.219.109	4.510.483

As adições ocorridas no período consideram os juros capitalizados no montante de R\$279.192. As baixas referem-se as encomendas que foram canceladas pela OGpar, conforme descrito em Nota Explicativa nº 23.

Provisão para redução do valor recuperável de ativos (*impairment*), conforme Nota Explicativa nº 15.d.

Os montantes registrados como reclassificação nos ativos OSX1 e OSX2 estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

O montante de variação cambial refere-se substancialmente à conversão dos ativos que estão contabilizados nas controladas no exterior, às quais têm suas moedas funcionais diferentes do Real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Imobilizado--Continuação

c) <u>Componentização</u>

Cada componente do ativo imobilizado, com custo significativo em relação ao custo total do bem, deve ser mensurado e depreciado separadamente, conforme CPC 27 e IAS 16 (*Property Plant and Equipment*).Os impactos da aplicação do conceito de componentização, sobre os principais ativos, estão descritos a seguir:

Conforme laudo técnico emitido por empresa especializada, a componentização do FPSO OSX 1 e OSX 3 foi estruturada considerando os seguintes componentes: Casco, *Topside* (composto pelos módulos) e Sistema de Ancoragem (incluindo o *Turret*).

OSX₁

Componente	Vida útil (anos)
Casco	25
Topside	25
Sistema de Ancoragem (incluindo <i>Turret</i>)	25

- (1) Considerando a operação do FPSO OSX 1 no campo de Waimea.
- (2) Valor médio dentre os módulos que compõem o topside.

OSX3

Componente	Vida útil (anos)
Casco	20
Topside	20
Sistema de Ancoragem (incluindo <i>Turret</i>)	20

⁽¹⁾ Considerando a operação do FPSO OSX 3 no campo de Tubarão Martelo.

O FPSO OSX 1 deverá sofrer inspeções estruturais de acordo com as Regras e Regulamentos aplicáveis da Autoridade Marítima e Sociedade Classificadora, permitindo desta forma que sua vida útil operacional seja de até 25 anos. Após este período, a embarcação necessitará de intervenção, quando a Empresa Certificadora avaliará as necessidades para extensão da vida útil operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Imobilizado--Continuação

c) Componentização--Continuação

OSX 3--Continuação

Em relação à UCN, em formação, conforme descrito no item a. iv - a Companhia concluiu que adotará a segregação por componentes somente quando os referidos ativos estiverem prontos para operar, ocasião em que receberá as informações detalhadas dos construtores.

O FPSO OSX 2 está sob avaliação para emissão do laudo técnico para a definição da componentização da embarcação.

d) Provisão para redução do valor recuperável de ativos - Impairment

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia identificou os seguintes indicativos de *impairment* associados aos ativos abaixo:

- FPSO OSX2: Devido ao Fato Relevante de 01 de julho de 2013, no qual a Companhia informa que a cliente OGpar decidiu que não utilizará este ativo no desenvolvimento dos campos Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia e devido à possibilidade de suspensão do desenvolvimento dos mesmos junto à ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível) e à intenção de venda deste ativo, e também, de acordo com o Fato Relevante divulgado em 11 de novembro de 2013, em sede do qual foi comunicado o cancelamento do contrato de afretamento da embarcação junto à cliente OGpar, a Companhia efetuou novo cálculo do valor de uso e identificou a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável no montante acumulado de R\$174.663.
- FPSO OSX3: Considerando a nova taxa de afretamento diária, que é parte da reestruturação das condições financeiras dos títulos de dívida Senior Secured Bonds 2012/2015 proposta aos seus titulares, conforme divulgado ao mercado pela OSX em 13 de março de 2014, e que tem efeito retroativo à data de entrega da plataforma (19 de novembro de 2013), a Companhia efetuou novo cálculo do valor de uso e identificou a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável no montante acumulado de R\$526.187.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

15. Imobilizado--Continuação

- d) Provisão para redução do valor recuperável de ativos Impairment -- Continuação
 - WHP2: Devido ao Fato Relevante de 01 de julho de 2013, onde a Companhia informa que o contrato de afretamento desta unidade passou a contemplar o direito de rescisão pela OGpar sem ônus a partir do 12º ano, e também considerando o Fato Relevante divulgado em 11 de novembro de 2013, no qual foi comunicado o cancelamento do contrato de afretamento da plataforma junto à cliente OGpar, e tendo em vista que se trata de um imobilizado em formação, a Companhia efetuou novo cálculo do fair value e identificou a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável no montante acumulado de R\$1.064.892.
 - Construção Naval: Considerando a rolagem dos dois empréstimos-ponte existentes com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, a renegociação dos débitos com fornecedores, as novas receitas potenciais oriundas de uma nova configuração da UCN com novas parcerias e um novo dimensionamento de despesas gerais e administrativas, a Companhia efetuou novo cálculo do valor de uso e identificou a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável no montante de R\$659.141
 - FPSO OSX1: A Companhia efetuou em 31 de dezembro de 2013 o cálculo do valor de uso do ativo FPSO OSX1 e não identificou a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável, pois os valor contábil é inferior ao valor de uso do ativo.

16. Intangível

O intangível é composto por gastos com o desenvolvimento de *software* e com custo do pessoal alocado no Projeto de Implantação do Sistema SAP, e está de acordo com o estabelecido no CPC 04 e IAS 38 (*Intangible Assets*). Em 31 de dezembro de 2013, o montante desse grupo era de R\$12.006.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

17. Adjantamentos diversos

Em 31 de dezembro de 2013, os adiantamentos diversos eram compostos por R\$35.914 referentes a adiantamentos a fornecedores para contratação de guindastes de grande porte a ser utilizado na construção naval, R\$5.383 referentes a adiantamentos a empregados, R\$8.012 referentes a adiantamentos a fornecedores e R\$3.522 referentes a outros adiantamentos totalizando o montante de R\$52.831.

18. Obrigações sociais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013 as obrigações sociais e trabalhistas consolidadas eram compostas por R\$10.653 referentes a salários, gratificações e encargos sobre folha de pagamento e R\$11.963 referentes a provisão de férias.

19. Fornecedores

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Fornecedores nacionais (i)	21.304	1.069	270.607	91.336	
Fornecedores estrangeiros (ii)	322	2	257.035	212.125	
Provisões (iii)	11.589	5.700	513.760	168.051	
. ,	33.215	6.771	1.041.402	471.512	
Circulante	33.215	6.771	1.041.402	471.512	
Não circulante	-	•	- -		

⁽i) Estão associados substancialmente aos contratos para construção da UCN, sendo os principais: Acciona Infraestructuras S.A. Corporation e AGF Engenharia.

Classificação e mensuração

O saldo de fornecedores está classificado como "outros passivos financeiros", não mensurados ao valor justo e estão reconhecidos pelo seu custo amortizado.

⁽ii) Estão associados substancialmente aos contratos para construção dos ativos WHP e FPSO, sendo os principais: SBM, Modec, Techint e Hyundai.

⁽iii) Referem-se a fornecedores nacionais e estrangeiros, cujos serviços foram recebidos e ainda não foram faturados e a provisões ambientais relacionadas ao processo de licenciamento da UCN Açu. As provisões foram realizadas com base nas medições dos contratos com os fornecedores e as estimativas de custos ambientais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

20. Obrigações fiscais

As obrigações fiscais têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
IRRF	12	35	70	339
IRPJ	-	-	2.937	3.052
PIS/COFINS/CSLL	214	100	7.253	3.354
ISS	24	40	827	9.729
CIDE	45	33	46	42
INSS	3	2	349	4.299
PIS/COFINS importações	31	-	77	-
IOF	518	-	518	-
Outros	-	-	490	412
	847	210	12.567	21.227

21. Empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia.

			Conso	solidado	
Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	31/12/2013	31/12/2012	
Sindicato OSX 1 (i)	USD	30/08/2018	646.955	683.405	
BNDES (ii)	BRL	15/08/2013	-	492.127	
Bondholders OSX3 (iii)	USD	20/03/2015	1.208.839	1.024.375	
Sindicato OSX2 (iv)	USD	01/10/2023	1.025.246	1.073.274	
Itau BBA - Nassau (v)	USD	31/01/2015	264.869	523.144	
Caixa Econômica Federal (vi)	BRL	19/10/2014 e			
		14/06/2033	1.213.662	1.052.762	
Votorantim (ii)	BRL	15/10/2014	596.367	-	
Outros			200.606	711.085	
Total de empréstimos e financiamentos			5.156.544	5.560.172	
(-) Custo de transação a apropriar Sindicato OSX 1 (i) (-) Custo de transação a apropriar BNDES (ii)			(8.403)	(8.418) (192)	
(-) Custo de transação a apropriar Bondholders OSX3 (iii)			(17.449)	(27.398)	
(-) Custo de transação a apropriar Sindicato OSX2 (iv)			(78.791)	(70.997)	
(-) Custo de transação a apropriar Itaú BBA Nassau (v)			(716)	-	
(-) Custo de transação a apropriar Caixa Econômica (vi)			(19.378)	(2.106)	
(-) Custo de transação a apropriar outros			(4.682)	(5.500)	
			(129.419)	(114.611)	
Total de empréstimos e financiamentos com custos de transação a apropriar			5.027.125	5.445.561	
Circulante			4.282.318	2.112.054	
Não circulante			744.807	3.333.507	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (i) Em 30 de setembro de 2010, a subsidiária OSX 1 celebrou com um sindicato formado pelos bancos internacionais DVB (líder), Eksportfinans ASA, ING, Santander, Credite Agricole e ABN, contrato de longo prazo (8,5 anos) no valor de USD420 milhões, destinado ao financiamento dos custos de aquisição e "customização" do FPSO OSX 1, à taxa anual de Libor + 4,25% a.a. Os custos para captação deste financiamento foram de USD6,2 milhões, e estão contabilizados de acordo com o estabelecido no CPC 08 e IAS 39 (Financial Instruments: Recognition and Measurement). Considerando estes custos, a taxa média contratual ponderada de juros deste financiamento é Libor + 4,25% a.a. Esta dívida já foi parcialmente amortizada no montante de USD172,5 milhões até 31 de dezembro de 2013.
- (ii) Em 28 de dezembro de 2011, a OSX Construção Naval recebeu R\$427,6 milhões (equivalentes a USD227,96 milhões em 31 de dezembro de 2011), em uma linha de empréstimo-ponte, indexada ao dólar, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Este contrato foi celebrado em 15 de novembro de 2011 e destinado à implantação da UCN Açu. O prazo de pagamento era de 18 meses, com vencimento previsto em 15 de agosto de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou no primeiro desembolso do empréstimo de longo prazo do FMM Fundo da Marinha Mercante, para o qual a UCN Açu recebeu prioridade de financiamento em junho de 2011.

No início de novembro de 2013, a OSX Construção Naval firmou com o Banco Votorantim S.A. ("Votorantim"), fiador desse financiamento, um acordo de *standstill*, válido até outubro de 2014, incluindo cláusulas relativas ao exercício do direito legal à Recuperação Judicial da Companhia.

No dia 18 de novembro de 2013, o Votorantim honrou a fiança no valor de R\$588.478, e, consequentemente, passou a ser credor da Companhia em relação a esse financiamento. A remuneração da dívida, segundo o contrato de fiança, é composta pela variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e de juros equivalentes a 2% ao ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(iii) Em 20 de março de 2012, a subsidiária OSX 3 captou USD500 milhões no mercado internacional, mediante a emissão de títulos de dívida, Senior Secured Bonds ("Bonds"), cujos recursos líquidos foram utilizados na construção do FPSO OSX 3. As condições financeiras da captação descritas no contrato original estabeleciam vencimento final em março de 2015 e juros de 9,25% a.a., pagos trimestralmente. Nesta emissão de dívida, a Pareto Securities atuou como coordenador global, "Joint Lead Manager" e "Bookrunner", a DNB Markets como "Joint Lead Manager" e "Bookrunner", e o Norsk Tillitsmann como "Trustee". Os custos para captação deste Bond foram de USD14,4 milhões, e estão contabilizados de acordo com o estabelecido no CPC 08 e IAS 39 (Financial Instruments: Recognition and Measurement).

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 37 - Eventos subsequentes, a OSX 3 lançou em 13 de março de 2014, uma proposta de reestruturação dos *Bonds* junto aos seus *Bondholders*.

- (iv) Até 31 de dezembro de 2013, foram disponibilizados à Companhia USD632,2 milhões do financiamento de longo prazo obtido para a construção do FPSO OSX 2. O contrato de financiamento foi assinado em outubro de 2011 com um sindicato de bancos internacionais liderados pelos bancos Itaú BBA, ING, HSBC e Santander além dos bancos financiadores: Citibank, Banco do Brasil, ABN Amro N.V e NIBC. O financiamento tem prazo contratual de 12 anos, vencendo em 30 de setembro de 2023, à taxa de juros média de Libor + 4,41% a.a. Esta dívida já foi parcialmente amortizada no montante de USD200 milhões, reduzindo o principal da dívida para USD 432,2 milhões.
- (v) Em 27 de abril 2012, a subsidiária OSX2 HOL recebeu o montante de USD250 milhões referente a um empréstimo com o banco Itaú BBA Nassau Branch. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor total é de USD112,1 milhões com vencimento contratual em 31 de janeiro de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(vi) Em 27 de abril de 2012, a OSX Construção Naval recebeu R\$400 milhões em uma linha de empréstimo-ponte junto à Caixa Econômica Federal destinada à implantação da UCN. O prazo de pagamento era de 18 meses, com vencimento previsto contratualmente em 19 de outubro de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou com recursos dos primeiros desembolsos do empréstimo de longo prazo do FMM - Fundo da Marinha Mercante, para o qual a UCN Açu recebeu prioridade de financiamento em junho de 2011. A Caixa Econômica Federal aprovou a extensão do vencimento para 19 de outubro de 2014 e o contrato de garantia desse empréstimo, firmado com o Banco Santander S.A. ("Santander"), também foi aditado pelo mesmo prazo. No início de novembro, a OSX Construção Naval firmou com o Santander, um acordo de standstill, válido até outubro de 2014, incluindo cláusulas relativas ao exercício do direito legal à Recuperação Judicial da Companhia.

Em 28 de dezembro de 2012, foi repassado pela Caixa Econômica Federal o montante de R\$627,4 milhões, indexado ao dólar a taxa média de 3,45% ao ano, carência de 36 meses, 216 amortizações e vencimento em junho de 2033 referente ao primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante. O acionista controlador é avalista deste empréstimo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 - Partes relacionadas, item 22.3 (v).

Covenants financeiros

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns deles.

Seguem abaixo breves descrições dos *covenants* financeiros e das principais obrigações de cunho financeiro requeridos nos contratos de dívida.

- a) <u>Dívidas da controlada OSX 1 referentes ao empréstimo de USD420 milhões com o</u> sindicato de bancos liderado pelo DVB
 - i. Debt Service Coverage Ratio DSCR (nível de cobertura do serviço da dívida financeira)

Mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Este índice deve ser medido a cada 3 meses e, segundo o contrato, o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 1,2 vezes a despesa financeira do mesmo período. No último período de cálculo de juros, em novembro de 2013, o DSCR era de 0,85.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Covenants financeiros--Continuação

- a) <u>Dívidas da controlada OSX 1 referentes ao empréstimo de USD420 milhões com o</u> sindicato de bancos liderado pelo DVB--Continuação
 - ii. Financial Indebtedness (Endividamento Financeiro)

A OSX 1 não pode incorrer em nenhuma outra dívida financeira, nem se tornar garantidora de qualquer dívida de tal natureza, enquanto houver saldo devedor referente ao financiamento em questão, exceto por endividamentos financeiros autorizados no contrato ("Permitted Financial Indebtedness"), que incluem mútuos com empresas relacionadas (desde que subordinados à dívida com o sindicato de bancos liderado pelo DVB). Inclui-se nesta categoria o *Intercompany Loan* referido na Nota Explicativa nº 21 (i) acima.

iii. Proceeds Account (Conta Operacional)

A OSX 1 deve possuir uma conta bancária denominada *Proceeds Account*. Nesta conta serão depositados os pagamentos que forem feitos pela cliente OGpar, referentes ao contrato de afretamento do FPSO, que podem ser transferidos quatro vezes ao ano para a *Operating Account*, se não houver evento de *default* em andamento e os *covenants* financeiros forem atendidos.

iv. Evento de Default

A entrada da OGpar em Recuperação Judicial constituiu um evento de default uma vez que tal companhia é contraparte do contrato de charter da unidade.

Além disso, houve um outro evento de default atrelado ao não cumprimento do *covenant* de DSCR, resultado do EBITDA acumulado do período compreendido até dezembro de 2013 não ter atingido o múltiplo de cobertura mínimo necessário em relação ao serviço da dívida no mesmo período. Em função destes eventos, a dívida foi reclassificada para o Passivo Circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Covenants financeiros--Continuação

- b) <u>Dívidas da controlada OSX 2 referentes ao empréstimo de USD 850 milhões com o</u> sindicato de bancos liderados por Itaú BBA, ING e Santander
 - Debt Service Coverage Ratio DSCR (nível de cobertura do serviço da dívida financeira)

Mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Este índice deve ser medido a cada fechamento contábil trimestral sendo o início da sua apuração 5 meses após a entrega do FPSO OSX2. O EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 1,1 vezes a despesa financeira do mesmo período.

ii. Financial Indebtedness (Endividamento Financeiro)

A OSX 2 não pode incorrer em nenhuma outra dívida financeira, nem se tornar garantidora de qualquer dívida de tal natureza, enquanto houver saldo devedor referente ao financiamento em questão, exceto por endividamentos financeiros autorizados no contrato que inclui mútuos com empresas relacionadas e por operações de *hedge* necessárias para mitigar o risco de juros deste empréstimo.

iii. Debt Service Reserve Account (Depósito vinculado)

A OSX 2 deverá constituir uma conta bancária denominada *Debt Service Reserve Account* nove meses após a extração do primeiro óleo do FPSO OSX2. O montante dessa conta bancária deverá ser o equivalente ao valor do pagamento do principal e juros dos 3 meses subsequentes relativos a este empréstimo.

iv. Evento de Default

Com a entrada da OGpar em Recuperação Judicial, é importante mencionar que ocorreu um evento de default não financeiro, uma vez que tal companhia é contraparte do contrato de charter da unidade. Além disso, a Recuperação Judicial da OSX Brasil também constitui um evento de default não financeiro, uma vez é garantidora no contrato de financiamento. Em função destes eventos, a dívida foi reclassificada para o Passivo Circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Covenants financeiros--Continuação

- c) <u>Dívidas da controlada OSX 3 referentes à emissão dos Senior Secured Bonds ("Bonds")</u> no mercado internacional no montante de USD500 milhões.
 - i. Debt Service Reserve Account (Depósito vinculado)

A OSX 3 deverá constituir uma conta bancária denominada *Debt Service Reserve Account* para o pagamento do principal dos *Bonds*. Os recursos depositados nesta conta serão provindos de parte da receita dos serviços prestados, visto que 1/3 dos juros vincendos devem ficar alocados na *Retention Account*. Portanto, os recursos são transferidos após data de cada pagamento de juros. O montante acumulado nesta conta deverá ser de até USD30 milhões, sendo que quando ultrapassar esse limite, e for período de pagamento de juros, o mesmo deverá ser utilizado para pagar proporcionalmente o *Bond*.

iii. Financial Indebtedness (Endividamento Financeiro)

A OSX 3 não pode incorrer em nenhuma outra dívida financeira, nem se tornar garantidora de qualquer dívida de tal natureza, enquanto houver saldo devedor referente aos *Bonds*, exceto por endividamentos financeiros autorizados no contrato que inclui mútuos com empresas relacionadas e refinanciamento dessa emissão.

iv. Evento de Default

Com a entrada da OGpar em Recuperação Judicial, é importante mencionar que ocorreu um evento de default não financeiro, uma vez que tal companhia é contraparte do contrato de charter da unidade. Além disso, a Recuperação Judicial da OSX Brasil também constitui um evento de default não financeiro, uma vez é garantidora no contrato de financiamento. Em função deste evento, a dívida foi reclassificada para o Passivo Circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

21. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Covenants financeiros -- Continuação

- d) <u>Dívidas da controlada OSX Construção Naval referente ao empréstimo de R\$627 milhões</u> com a Caixa Econômica Federal
 - i. ICSD Índice de Cobertura do Servico da Dívida Financeira

Mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida (amortização de principal mais juros) em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização) dos últimos 12 meses. Este índice deverá ser maior ou igual a 1,0. O início da apuração desse indicador está previsto para janeiro de 2015.

ii. Financial Indebtedness (Endividamento Financeiro)

A OSX Construção Naval poderá incorrer em outra dívida financeira, desde que seja exclusivamente para capital de giro, de acordo com os recebíveis de curto prazo.

iii. Debt Service Reserve Account (Conta Reserva)

A OSX Construção Naval deverá possuir uma conta bancária denominada Conta Reserva onde deverá manter o saldo mínimo de 3 meses vincendos do serviço da dívida a partir de janeiro de 2015. Esse saldo deverá ser bloqueado até a liquidação total do financiamento.

iv. Evento de Default

Com a entrada da OSX Brasil (garantidora) e da OSX Construção Naval (tomadora) em Recuperação Judicial, ocorreu um evento de default não financeiro,

e) Até 31 de dezembro de 2013, os empréstimos com o Credit Suisse e Itaú BBA não possuíam *covenants* financeiros. No entanto, em razão da entrada em Recuperação Judicial das empresas OSX Brasil e OGpar, respectivamente garantidoras desses empréstimos, fez com que as dividas fossem reclassificadas para o curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, relativos a operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas e ligadas, conforme descrito a seguir:

22.1. Controladora

O controle da Companhia é exercido pela Centennial Asset Mining Fund LLC ("CAMF") e por Eike Fuhrken Batista, que, conjuntamente, detêm aproximadamente 66,02% das ações ordinárias. A CAMF é controlada por Eike Fuhrken Batista. A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pelo seu Estatuto Social à luz da legislação societária.

a) Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas, com as quais mantém alguma transação: EBX Investimentos Ltda., EBX Holding Ltda. (em conjunto "EBX"), Óleo e Gás Participações S.A. ("OGpar", antiga OGX Petróleo e Gás Participações S.A. - "OGX"), Prumo Logística S.A. ("Prumo Logística", antiga LLX Logística S.A. - "LLX"), Eneva S.A. ("Eneva", antiga MPX Energia S.A.), AVX Táxi Aéreo Ltda. ("AVX"), OSX 2 Holding, OSX Leasing Group, OSX Construção Naval, OSX Serviços, SIX Automação S.A. ("SIX").

EBX (i)
OSX Construção Naval (ii)
OSX Serviços (iii)
AVX (iv)
Eneva (vi)
OSX 2 Holding
OSX Leasing Group
OGpar (v)

Contas a	receber	Contas	a pagar	Resultado		
31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
	-	(14.097)	(3.219)	12.128	18.312	
253.694	3.727	` (262)	` (81)	7.506	(35.596)	
16.354	875	(4.236)	` -	270	(8.876)	
-	-	· ·	-	50	206	
-	-	-	-	-	159	
105.532	-	-	-	2.380	-	
162.867	-	(42.489)	-	5.617	-	
-	-	` (35)	-	-	-	
538.447	4.602	(61.119)	(3.300)	27.951	(25.795)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas--Continuação

22.1. Controladora--Continuação

a) Empresas ligadas--Continuação

	Contas a	Contas a receber		a pagar/ o de clientes	Capex Cessão onerosa		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	30/09/2012
EBX (i)	-	-	(22.356)	(6.070)	-	-	17.793	34.515
AVX (iv)	-	-	(740)	-	-	-	116	517
OGpar (v)	37.716	110.961	(227)	(178.820)	-	-	(566.042)	(354.090)
Eneva (vi)	-	-		-			-	159
Prumo Logistica (vii) SIX (viii)		-	(114.784) (2.537)	(723)	23.383	33.271		-
	37.716	110.961	(140.644)	(185.613)	23.383	33.271	(548.133)	(318.899)

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas e com empresas ligadas, conforme descrito abaixo:

(i) Refere-se ao contrato de compartilhamento de recursos e serviços administrativos firmados entre a OSX e suas controladas, a EBX Investimentos Ltda. e a EBX Holding Ltda., por meio do qual estas empresas executam serviços de administração de caixa e administração financeira, serviços legais, seguros e auditorias internas, governança corporativa, comunicação, compras e recursos humanos, entre outros. Mensalmente a EBX realiza a medição e calcula o valor das atividades remanescentes sujeitas aos custos compartilhados efetivamente utilizados pela Companhia, com base em folhas de tempo, efetuando cobrança por meio de notas de negociação.

Em 31 de dezembro de 2013, está registrado no resultado consolidado, na rubrica de despesas gerais e administrativas, o montante de R\$17.793, referente ao contrato acima referido. O saldo a pagar deste contrato, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$1.744.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas--Continuação

22.1. Controladora--Continuação

- a) <u>Empresas ligadas</u>--Continuação
 - (ii) Refere-se a contas a receber que a OSX tem com a OSX Construção Naval, referentes aos rateios de custos, conforme contrato de acordo de custos administrativos compartilhados. O saldo em contas a pagar também se refere a custos administrativos compartilhados.
 - (iii) Refere-se a contas a receber que a OSX tem com a OSX Serviços, referente aos rateios de custos, conforme contrato de acordo de custos administrativos compartilhados.
 - (iv) Refere-se a serviços prestados pela AVX relativos à utilização de táxi aéreo.
 - (v) Refere-se aos montantes de contas a receber, adiantamento de clientes, receitas e despesas com a cliente OGpar, provenientes dos contratos de Afretamento e de Serviços de O&M, que a Companhia detém com a OGpar, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 9 Clientes e nº 23 Compensações recebidas da cliente OGpar. Também está contemplado o saldo referente ao acordo de Compensação, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23 Compensações recebidas da cliente OGpar.
 - (vi) Refere-se a um saldo de contas a pagar que OSX detinha com a Eneva, relativo aos serviços prestados pela DEIP - Diretoria de Engenharia de Implantação de Projetos.
 - (vii) Refere-se ao pagamento que a OSX Construção Naval efetuou como contraprestação fixa à Prumo Logística, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN conforme descrito abaixo no item 22.2.2 e ao acordo de custos administrativos compartilhados firmado entre ambas as companhias.
 - (viii) Refere-se ao saldo de contas a pagar que OSX Construção Naval possui com a SIX, relativo aos serviços prestados de integração, implementação e suporte de *software*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas--Continuação

22.2. Demais operações com partes relacionadas

Em março de 2010, o acionista controlador da Companhia celebrou, com a OSX Brasil, Instrumento Particular de Outorga de Opção de Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Opção"), pelo qual concederam à OSX Brasil, em caráter irrevogável e irretratável, uma opção para que, a partir de 24 de março de 2010 e até 23 de março de 2013, a OSX pudesse exigir que tais acionistas controladores subscrevessem novas ações até o limite máximo de USD1,0 bilhão, ao preço por ação equivalente ao praticado na oferta pública inicial de ações da OSX Brasil, corrigido conforme a variação do IGP-M, por meio de aumento de capital privado a ser realizado em conformidade com os artigos 170 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações. A opção poderia ser exercida na hipótese de se verificar a necessidade de capital adicional pela OSX para a realização de seu plano de negócios e a ausência de alternativas para tal captação junto aos mercados.

Em outubro de 2012, o Conselho de Administração autorizou o aditamento ao Contrato de Opção, de modo a prorrogar por mais um ano (até 23 de março de 2014) o direito outorgado à Companhia de exercer o saldo do valor da Opção, que, na época, somava USD500 milhões adicionais. A opção foi parcialmente exercida, em outubro de 2012, e nos meses de janeiro e maio de 2013, conforme descrita na Nota Explicativa nº 27 - Patrimônio líquido.

A OSX Construção Naval tem operações com a OSX LG, OSX2, OSX3, OSX4, OSX5 e WHP1&2 no montante de R\$175.193, referente aos custos para o desenvolvimento dos projetos de novas unidades. Este montante é integralmente eliminado no nível consolidado, remanescendo apenas o imobilizado da OSX LG, OSX2, OSX 3 e WHP1&2, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas -- Continuação

22.2. Demais operações com partes relacionadas--Continuação

22.2.1. <u>Mútuos realizados com a Controladora</u>

	Controladora					
	At	ivo	Passivo			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012		
OSX Leasing BV	162.886	-	42.489	-		
OSX Constução Naval	224.298	-	-	-		
OSX Serviços Operacionais	9.623	-	4.284	-		
OSX 2 Holding BV	105.532	-	-	-		
-	502.339	-	46.773	-		

Mútuo - Ativo					
Mutuária	Mutuo - Ativo	Moeda	Taxa de Juros		
OSX Leasing BV	162.866	BRL	Libor + 2,90% a.a		
OSX Construção Naval	224.298	BRL	101% do CDI		
OSX Serviços Operacionais	9.623	BRL	101% do CDI		
OSX2 Hold	105.532	BRL	Libor + 2,90% a.a		
	502.319				

Mutuo - Passivo					
Mutuária	Mutuo - Passivo	Moeda	Taxa de Juros		
OSX Leasing BV	42.489	BRL	Libor + 2,90% a.a		
OSX Serviços Operacionais	4.284	BRL	101% do CDI		
	46.773				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas -- Continuação

22.2. Demais operações com partes relacionadas--Continuação

22.2.2. Mútuos consolidado

Todas as operações abaixo referem-se a mútuos entre partes relacionadas e são totalmente eliminadas para fins de demonstrações financeiras consolidadas.

Mútuo - Ativo						
Mutuante	Mutuária	Principal	Juros	Mútuo - Ativo	Moeda	Taxa de Juros
OSX Leasing BV	OSX Asia	960	15	975	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	OSX Brasil	17.756	382	18.138	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	OSX GmbH	588	10	597	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	OSX1 Leasing	1.695	23	1.718	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	OSX2 Hold	29.160	460	29.620	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	OSX2 Leas	318.747	11.294	330.040	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	OSX3 Hold	21.298	383	21.681	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	OSX Procurement	720	24	744	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	WHP Hold	41.511	2.740	44.251	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	WHP Leasing	269.288	14.605	283.893	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Leasing BV	OSX3 HoldCo	135.150	4.365	139.515	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX2 Hold	OSX2 Leasing	185.398	784	186.182	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX3 Hold	OSX3 Leasing	156.297	5.930	162.227	USD	Libor + 2,90% a.a
WHP Hold	WHP Leasing	41.481	2.740	44.221	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX3 HoldCo	OSX3 Hold	135.028	4.332	139.360	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX4 Leasing	OSX Leasing BV	24.381	-	24.381	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX5 Leasing	OSX Leasing BV	5.215	-	5.215	USD	Libor + 2,90% a.a
OSX Construção Naval	OSX Brasil	216.792	7.505	224.297	BRL	101% do CDI
OSX Serviços Operacionais	OSX Brasil	9.550	73	9.623	BRL	101% do CDI
TOTAL		1.611.013	55.664	1.666.677		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas--Continuação

22.2. Demais operações com partes relacionadas--Continuação

22.2.2. <u>Mútuos consolidado</u>--Continuação

	Mutuária	Principal	Juros	Mútuo - Passivo	Moeda	Taxa de Juros
OSX Asia	OSX Leasing BV	960	15	975	USD	Libor + 2,90% a.:
OSX GmbH	OSX Leasing BV	588	10	597	USD	Libor + 2,90% a.
OSX Leasing BV	OSX Brasil	66.842	2.681	69.524	USD	Libor + 2,90% a.
OSX Leasing BV	OSX4 Leasing	24.381	-	24.381	USD	Libor + 2,90% a.
OSX Leasing BV	OSX5 Leasing	5.215	-	5.215	USD	Libor + 2,90% a.
OSX1 Leasing	OSX Leas	-	-	-	USD	Libor + 2,90% a.
OSX2 Hold	OSX Brasil	44.001	1.048	45.049	USD	Libor + 2,90% a.
OSX2 Hold	OSX Leasing BV	29.160	460	29.620	USD	Libor + 2,90% a.
OSX2 Leasing	OSX Leasing BV	318.747	11.294	330.040	USD	Libor + 2,90% a.
OSX2 Leasing	OSX2 Hold	185.398	784	186.182	USD	Libor + 2,90% a
OSX3 Hold	OSX Leasing BV	21.298	383	21.681	USD	Libor + 2,90% a
OSX3 Hold	OSX3 HoldCo	135.028	4.332	139.360	USD	Libor + 2,90% a
OSX3 Leasing	OSX3 Hold	156.297	5.930	162.227	USD	Libor + 2,90% a
Procurement	OSX Leasing BV	-	-	-	USD	Libor + 2,90% a
WHP Hold	OSX Leasing BV	41.511	2.740	44.251	USD	Libor + 2,90% a
WHP Leasing	OSX Leasing BV	269.288	14.605	283.893	USD	Libor + 2,90% a
WHP Leasing	WHP Hold	41.481	2.740	44.221	BRL	101% do CDI
OSX3 HoldCo	OSX Leasing BV	135.150	4.365	139.515	BRL	101% do CDI

A OSX Construção Naval, e a LLX Açu Operações Portuárias S.A., controlada da Prumo Logística, celebraram através de um acordo assinado em 31 de outubro de 2011 os termos ajustados entre as partes quanto à instalação da UCN Açu.

O mencionado acordo consolida entendimentos quanto à cessão onerosa, pela Prumo Logística à OSX, da área de implantação da UCN Açu, além de fixar parâmetros quanto à realização de benfeitorias e obras de "customização" no local, incluindo a implantação de um canal de acesso marítimo em área situada no entorno daquela onde será instalada a UCN.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas--Continuação

22.2. Demais operações com partes relacionadas--Continuação

22.2.2. <u>Mútuos consolidado</u>--Continuação

Nesse contexto, cabia à OSX Construção Naval o pagamento de contraprestação fixa à LLX Açu Operações Portuárias S.A, na época, relativa à cessão onerosa de direito de uso da área da UCN, no valor equivalente, em Reais, a USD5,00 (cinco dólares norte-americanos) por metro quadrado por ano, pelo prazo de 40 anos, renováveis por mais 40 anos. Além disso, a OSX Construção Naval participava em (i) investimentos relativos à obra do Canal; (ii) despesas de infraestrutura do Porto do Açu, calculadas de acordo com o seu aproveitamento; e (iii) rateio das despesas de manutenção da infraestrutura do Porto do Açu.

Em 08 de novembro de 2013, com a finalidade de preservar o projeto de instalação da UCN, a OSX Construção Naval e a LLX Açu celebraram um instrumento ("Instrumento de Transação"), pelo qual as partes concordaram, dentre outros pontos, em: reduzir o direito de superfície sobre a área cedida pela LLX Açu à OSX Construção Naval, com a devolução à LLX Açu da correspondente área reduzida; reduzir proporcionalmente o valor do pagamento mensal a ser feito pela OSX Construção Naval à LLX Açu pelo direito de uso da área cedida; e desonerar a OSX Construção Naval das obrigações de CAPEX, notadamente a obrigação de ratear os custos e investimentos das obras do canal de acesso e quebra-mar do terminal TX2.

As obrigações assumidas pelas partes no Instrumento de Transação estão sujeitas a determinadas condições suspensivas, dentre elas a obtenção de aprovação da Caixa Econômica Federal, do Fundo da Marinha Mercante e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, nos termos dos contratos de financiamento de longo prazo vigentes.

Em 23 de março de 2012, a OSX 2 e a cliente OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial, assinaram contrato de afretamento da unidade FPSO OSX 2. Em 13 de dezembro de 2012, a OSX Serviços, e a OSX 2, esta na qualidade de interveniente-anuente, assinaram com a empresa ligada OGX Petróleo e Gás S.A., um contrato de operação relativo a unidade. Em 11 de novembro de 2013, a OSX anunciou a rescisão desses contratos, devido, dentre outros motivos, ao ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial da cliente OGpar e da OGX Petróleo e Gás Ltda. - Em recuperação judicial, além da não confirmação da OGpar em prosseguir com o projeto da plataforma WHP 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas--Continuação

22.2. Demais operações com partes relacionadas--Continuação

22.2.2. <u>Mútuos consolidado</u>--Continuação

Em 06 de março de 2012, a OSX 3 e a cliente OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial, assinaram contrato de afretamento da unidade FPSO OSX 3. Em 06 de setembro de 2013, a OSX Serviços, e a OSX 3, esta na qualidade de interveniente-anuente, assinaram com a empresa ligada OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial, um contrato de operação relativo a unidade.

Em 28 de junho de 2013 foi celebrado um acordo pelo qual a cliente OGpar realizou desembolso de caixa de US\$449.000 a título de compensação ("Compensação"), à Companhia em virtude da atualização da carteira de encomendas feitas nos termos do Acordo de Cooperação Estratégica vigente entre a OSX e esta cliente, conforme Nota Explicativa nº 23 - Compensações recebidas da cliente OGpar.

22.3. Garantias

- i. Garantia Bancária prestada pela OSX Construção Naval, emitida pelo Banco Santander S.A. à Caixa Econômica Federal no valor de R\$400 milhões, em decorrência de empréstimo-ponte celebrado em 27 de abril de 2012. A OSX está vinculada como devedora solidária da OSX Construção Naval.
- ii. Garantia Bancária, prestada pela OSX Construção Naval, emitida pelo Banco BTG Pactual à Caixa Econômica Federal, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante no montante de R\$125 milhões. A OSX está vinculada como devedora solidária da OSX Construção Naval.
- iii. Carta de Fiança, prestada pela OSX Construção Naval, emitida pelo Sr. Eike Fuhrken Batista à Caixa Econômica Federal, em decorrência do primeiro desembolso do financiamento do Fundo da Marinha Mercante no montante de R\$627 milhões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

22. Partes relacionadas--Continuação

22.4. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Desta forma, os montantes referentes à remuneração anual da Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração estão apresentados abaixo:

Controladora e Consolidado				
31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
8.366	4.456	8.366	4.456	
-	4.506	-	4.506	
175	180	175	180	
535	390	535	390	
9.076	9.532	9.076	9.532	
	8.366 - 175 535	31/12/2013 31/12/2012 8.366 4.456 - 4.506 175 180 535 390	31/12/2013 31/12/2012 31/12/2013 8.366 4.456 8.366 - 4.506 - 175 180 175 535 390 535	

^(*) Considera benefícios e INSS pago pela empresa.

^(**) As opções de compra de ações outorgadas estão descritas na Nota Explicativa nº 29 - Opção de compra de ações.

^(***) A criação do Comitê de Auditoria foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de maio de 2010 e esteve em funcionamento até 19 de junho de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Compensações recebidas da cliente OGpar

A cliente OGpar, como divulgado em Fato Relevante de 1º de julho de 2013, concluiu análises técnicas sobre desenvolvimento de seus campos e, como consequência, na época, decidiu atualizar as encomendas feitas à Companhia nos termos do Acordo de Cooperação Estratégica vigente entre ambas as companhias, na forma abaixo:

- Com relação às unidades FPSOs OSX 4 e 5 e WHPs 1, 3 e 4, a OGpar decidiu interromper a encomenda de tais projetos junto à OSX.
- Com relação ao FPSO OSX 2, a OGpar decidiu que não o utilizaria no desenvolvimento de seus campos Tubarão Tigre, Tubarão Gato e Tubarão Areia, tendo em vista a sua intenção de requerer a suspensão do desenvolvimento desses campos junto à ANP.
- Adicionalmente, a OGpar esclareceu em seu Fato Relevante que o aluguel pelo afretamento do FPSO OSX 2, seria pago a OSX nos termos do respectivo contrato a partir de janeiro de 2014 e até que essa unidade fosse vendida ou destinada a outro local. Desde então, a unidade encontra-se em *lay-up* no Porto de Johor Bahru, na Malásia.
- Com relação ao FPSO OSX 1, naquela época e ainda em operação no Campo de Tubarão Azul, a OGpar informou ter encerrado análise técnica que concluiu que os poços que estavam em operação em tal campo poderiam cessar de produzir ao longo do ano de 2014. Adicionalmente, a OGpar esclareceu em seu Fato Relevante que o aluguel pelo afretamento do FPSO OSX 1, plataforma conectada aos aludidos poços e em operação, continuaria a ser pago à OSX nos termos do contrato.
- Com relação às unidades FPSO OSX 3 e WHP 2, ambas seguiam destinadas a alocação no Campo de Tubarão Martelo, cujo regular desenvolvimento foi confirmado na ocasião pela OGpar. O FPSO OSX 3 iniciou a produção de petróleo em dezembro de 2013. Os prazos desses contratos de afretamento eram de 20 e 25 anos e passaram a contemplar o direito de rescisão pela OGpar sem ônus a partir do 13º e 12º anos, respectivamente. Tal direito passará a vigorar com relação ao FPSO OSX 3 apenas após a amortização total de seu atual financiamento, prevista para ocorrer até 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

23. Compensações recebidas da cliente OGpar--Continuação

Em função dos eventos acima informados, as partes celebraram acordo pelo qual a OSX recebeu uma compensação da OGpar no valor de USD449 milhões, os quais foram integralmente quitados até 15 de julho de 2013.

No dia 29 de outubro de 2013, a OSX 1 notificou a OGpar da rescisão do Contrato de Afretamento que regulava as condições e a remuneração do afretamento do FPSO OSX-1, em função do não pagamento pela cliente. A rescisão deste contrato acarretou rescisão automática do Contrato de Operações, que regulava os serviços de operação e manutenção desta unidade.

Em 11 de novembro de 2013, a OSX informou a rescisão dos contratos com a cliente OGpar relativos ao afretamento e operação da unidade FPSO OSX-2 e ao arrendamento da plataforma WHP-2, devido, dentre outros motivos, ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial desta cliente e a não confirmação em prosseguir com o projeto da plataforma WHP-2.

Em dezembro de 2013, as partes assinaram um acordo de cooperação ("PSA") que previa a compensação de US\$1,5 bilhão à Companhia da seguinte forma: (i) US\$414 milhões para a OSX 1 Leasing B.V.; (ii) US\$557 milhões para a OSX 2 Leasing B.V.; (iii) US\$529 milhões para a OSX WHP 1 e 2 Leasing B.V.) pelo término desses contratos. Esse valor será tratado no âmbito de recuperação judicial da OGpar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

24. Adiantamento de clientes

O saldo da conta de adiantamento de clientes verificados em 31 de dezembro de 2012, constituído por diversas parcelas, oriundas de operações com as empresas OGpar Óleo e Gás Participações S.A. ("OGpar"), Sapura Navegação Marítima S.A. ("Sapura"), Kingfish do Brasil Navegação S.A. ("Kingfish") e Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), foi parcialmente compensado, conforme detalhado:

	Conso	lidado
	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos de clientes com OGPar		
Operações de afretamento (*)	-	160.447
Juros incidentes nas operações de afretamento	-	10.331
Custos de sobressalentes em estoque em poder da Com	-	8.043
Contas a receber OGPar	-	(47.855)
		130.966
Adiantamentos de clientes com a Sapura		
Construção de navio lançador de linha (**)	57.230	3.849
	57.230	3.849
Adiantamentos de clientes com a Kingfish		
Construção de navios-tanque (***)	-	37.409
1 (/	-	37.409
Adiantamentos de clientes com a Petrobras		
Construção de navios FPSO (****)	-	22.034
, ,		22.034
Total de adiantamentos de clientes	57.230	194.258

- (*) O adiantamento recebido da cliente OGPar foi baixado integralmente em virtude do cancelamento do contrato de afretamento descrito na Nota Explicativa nº 25 Contrato de Afretamento.
- (**) Em fevereiro de 2012 a OSX Construção Naval foi contratada pela Sapura Navegação Marítima S.A. para a construção de um navio lançador de linha PLSV Pipe-Laying Support Vessel. Em decorrência deste contrato, o adiantamento de clientes no montante de R\$252.503 foi deduzido do contas a receber de R\$195.272.
- (***) Em março de 2012, a OSX Construção Naval foi contratada pela Kingfish, para a construção de 11 naviostanque do tipo MR Medium Range. O término desse contrato foi formalizado pela OSX em 17 de maio de 2013.
- (****) Em novembro de 2012, a OSX Construção Naval e a Mendes Junior Trading e Engenharia, em parceria, foram contratadas pela Petrobrás, através de suas empresas veículo Tupi B.V. e Guará B.V., para o fornecimento e integração de módulos, relativos a duas unidades FPSO denominados P67 e P70. Os valores adiantados para a OSX Construção Naval foram reconhecidos no resultado no segundo trimestre de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

25. Contrato de afretamento

Arrendamento mercantil operacional (arrendador)

Em 26 de fevereiro de 2010, a Companhia assinou um Contrato de Afretamento do navio flutuante de produção, armazenamento e descarga - FPSO OSX 1 com a companhia ligada OGpar ("Contrato de Afretamento OSX 1").

Em 06 de março de 2012, a OSX assinou um Contrato de Afretamento do navio flutuante de produção, armazenamento e descarga - FPSO OSX 3 com a companhia ligada OGpar ("Contrato de Afretamento OSX 3").

FPSO OSX 1

Em 29 de outubro de 2013 a OSX 1 notificou a cliente OGpar da rescisão do Contrato de Afretamento OSX 1, que regulava as condições e a remuneração do afretamento do FPSO OSX 1, em função do não pagamento pela cliente.

A rescisão deste contrato acarretou automática rescisão também do Contrato de Operações relativo ao FPSO OSX 1, celebrado entre a OSX Serviços e a cliente OGpar em 23 de fevereiro de 2011, que regulava os serviços de operação e manutenção da unidade. Em função deste cancelamento, a OSX iniciou tratativas com a cliente OGpar visando obter as aprovações necessárias para desconexão da unidade do Campo de Tubarão Azul.

O Contrato de Afretamento OSX-1 tinha inicialmente vigência de 20 anos a partir de outubro de 2011 e foi celebrado na modalidade *bare boat*, pelo que a OSX 1 se obrigava apenas a disponibilizar a unidade à cliente, a quem incumbia responsabilidade integral pela retirada da mesma, sua operação e conservação durante o período do afretamento, bem como pela devolução à OSX 1 ao final do termo contratual.

O Contrato de Afretamento OSX 1 previa remuneração por aluguéis pagos em bases mensais pela cliente OGpar à OSX 1, sendo o aluguel médio diário devido durante o período do afretamento equivalente, em média, a USD263,0 mil, reajustado de acordo com índice inflacionário do setor. Sem prejuízo de tal valor médio, este contrato previa valores diários de aluguel variáveis durante o período do afretamento, com vistas a adequar o fluxo de recebimentos da OSX 1 aos seus pagamentos de financiamentos e demais obrigações. Poderiam ainda ser cobrados aluguéis suplementares caso a OSX 1 comprovasse ter incorrido em gastos, despesas e indenizações adicionais, especialmente com relação a partes e peças de reposição, conforme fosse acordado entre as companhias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

25. Contrato de afretamento--Continuação

FPSO OSX 1--Continuação

Caso fosse verificada uma ineficiência operacional da unidade, em nível inferior a 97% durante qualquer período de vigência do Contrato de Afretamento OSX 1, a Companhia ou a OSX LG poderiam ser chamadas a pagar parte dos aluguéis de maneira a compensar tal ineficiência operacional.

O contrato reservava à OSX o direito de rescindir o Contrato por eventuais inadimplementos contratuais, como, por exemplo, falta de pagamento, falta de seguro, quebra das obrigações de seguro, quebra de obrigações contratuais, envolvimento em procedimentos de insolvência, *cross default*, litígios judiciais de provável efeito adverso, entre outros.

Conforme informado na Nota Explicativa nº 37 - Eventos subsequentes, em 03 de fevereiro de 2014, a OSX celebrou novo acordo com a OGpar e sua subsidiária OGX visando a realização de testes com uso desta plataforma para eventual retomada de produção. As companhias estimam que o período de testes perdure até 04 de abril de 2014 e, caso apresente condições satisfatórias, a retomada de produção estará, ainda, sujeita a determinadas condições precedentes, dentre as quais o estabelecimento de custos operacionais e financeiros entre todas as partes envolvidas.

FPSO OSX 3

O Contrato de Afretamento OSX 3 original tem vigência de 20 anos, a partir de 19 de novembro de 2013, momento em que o FPSO OSX 3 foi entregue e instalado no campo de Tubarão Martelo. Este contrato foi celebrado na modalidade *bare boat*, pelo que a OSX 3 se obriga apenas a disponibilizar a unidade à cliente OGpar, a quem incumbe responsabilidade integral pela retirada da mesma, sua operação e conservação durante o período do afretamento, bem como pela devolução à OSX 3 ao final do termo contratual. Conforme previsto no Contrato de Afretamento OSX 3 e consoante as disposições do Acordo vigente com a cliente OGpar, a operação e manutenção do FPSO OSX 3 foram contratadas pela OGpar junto à OSX Serviços.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 37 - Eventos subsequentes, a OSX 3 lançou em 13 de março de 2014, uma proposta de reestruturação dos Bonds junto aos seus Bondholders.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

25. Contrato de afretamento--Continuação

FPSO OSX 3--Continuação

Os recebimentos futuros mínimos do Contrato de Afretamento do OSX 3, descontados a valor presente, estão estimados da seguinte forma:

	Recebimentos futuros mínimos
Até um ano	86.691.210
De um até cinco anos	274.799.470
Mais de cinco anos	315.887.716
	677.378.396

26. Provisão para contingências

a) Contingências prováveis

A companhia e suas controladas são parte em ações judiciais de natureza cíveis. As provisões para a perda decorrente destes processos são estimadas e atualizadas com base na avaliação dos assessores legais no montante de R\$2.306 em 31 de dezembro de 2013. Os processos são referentes as ações de cobrança de fornecedores.

b) Contingências possíveis

A Companhia e suas controladas são também objeto de ações cíveis, trabalhistas, tributárias e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, cujas perdas são avaliadas como possíveis, como segue:

31/12/2013 3	idado
Trabalhistas 756	31/12/2012
	-
Ambiental 13	-
7 (III) OTT (CAI	-
894.310	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

26. Provisão para contingências--Continuação

b) Contingências possíveis--Continuação

As causas cíveis estão representadas substancialmente por ações indenizatórias, relacionadas, em maior parte, ao contrato de execução de engenharia e fornecimento de plataformas fixas, tendo como principais proponente a Techint Engenharia e Construções S.A.

As contingências trabalhistas referem-se principalmente às horas *in itinere*, diferença salarial, indenização de danos morais e verbas rescisórias.

Conforme consta de relatórios processuais recebidos de advogados externos da Companhia, há um processo cível em andamento com a Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A., cujo valor da causa é de R\$56.315.

27. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

No dia 17 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício, no valor de USD500 milhões, da opção de subscrição de ações ("*Put*" ou "Opção") outorgada à Companhia pelo acionista controlador, nos termos do respectivo contrato datado de 16 de março de 2010 (o "Contrato de Opção"), com o objetivo de dotar a Companhia de capital social adicional para a execução e implementação do seu plano de negócios.Com base nessa aprovação, em 23 de outubro de 2012, o Conselho da Administração da Companhia aprovou o primeiro aumento de capital no valor de USD250 milhões, equivalentes em reais a R\$508.775.029, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de 12.919.630 (doze milhões, novecentas e dezenove mil e seiscentas e trinta) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, conferindo aos seus titulares os mesmos direitos e obrigações garantidos pelas ações ordinárias já existentes. A homologação desse aumento de capital foi aprovada em reunião do Conselho de Administração de 18 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

27. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

a) Capital social -- Continuação

Em 31 de janeiro de 2013 o Conselho da Administração da Companhia aprovou o segundo aumento de capital no valor de USD250 milhões equivalentes a R\$508.775.003, dentro do limite do seu capital autorizado, com emissão de 12.796.152 (doze milhões, setecentas e noventa e seis mil e cento e cinquenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, conferindo aos seus titulares os mesmo direitos e obrigações garantidos pelas ações já existentes. Tal aumento de capital foi homologado em reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2013.

Em 22 de maio de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício da opção de subscrição de ações outorgada pelo acionista controlador no valor de USD120 milhões, nos termos do Contrato de Opção, com o objetivo de aportar recursos adicionais à Companhia para a execução e implementação do seu plano de negócios. Este montante é equivalente a R\$243.048.021, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 6.055.008 (seis milhões, cinquenta e cinco mil e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, conferindo aos seus titulares os mesmos direitos e obrigações garantidos pelas ações ordinárias já existentes. Esta homologação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração de 24 de julho de 2013.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Companhia estava dividido em 312.563.568 (trezentas e doze milhões, quinhentas e sessentas e três mil e quinhentas e sessentas e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 o total do capital social da Companhia é de R\$3.775.592 e R\$3.023.769, respectivamente.

A composição acionária está assim representada:

Composição acionária	31/12/2013			
Acionistas	Ordinárias	%	Total	%
Centennial Asset Mining Fund LLC.	169.305.052	54,17	169.305.052	54,17
Eike Fuhrken Batista	37.038.165	11,85	37.038.165	11,85
Administradores	47.875	0,01	47.875	0,01
Free Float	106.172.476	33,97	106.172.476	33,97
Total	312.563.568	100,00	312.563.568	100,00

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

27. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

a) Capital social -- Continuação

Composição acionária	31/12/2012			
Acionistas	Ordinárias	%	Total	%
Centennial Asset Mining Fund LLC.	179.538.524	61,13	179.538.524	61,13
Eike Fuhrken Batista	47.153.765	16,05	47.153.765	16,05
Administradores	1.348.940	0,46	1.348.940	0,46
Free Float	65.671.179	22,36	65.671.179	22,36
Total	293.712.408	100,00	293.712.408	100,00

A Companhia não detém ações preferenciais nem ações em tesouraria.

b) Custo na emissão de ações

Os custos de distribuição da Oferta Pública de Ações estão registrados em conta retificadora do Patrimônio Líquido, em conformidade com o CPC 08 e IAS 39 (*Financial Instruments: Recognition and Measurement*). Estes custos se referem à comissão e a serviços de registro e listagem da oferta, advogados, auditores, publicidade e outros.

c) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,001% do lucro líquido de cada período, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

As demonstrações financeiras registram o montante de R\$166.550 como adiantamento para futuro aumento de capital realizado pelo acionista controlador. A expectativa da Companhia é a de que tais valores sejam convertidos em capital.

Nesse sentido, foi aprovado pelos membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de agosto de 2013, o exercício da referida Put no valor equivalente em Reais a até US\$50 milhões (em uma ou mais tranches), tendo por objetivo dotar a Companhia com os recursos necessários para o equacionamento de seus compromissos gerais, conforme recomendação de sua Diretoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

27. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

e) Ajustes de conversão de moeda estrangeira

Representados pelo registro contábil da variação cambial da controlada OSX GmbH, em atendimento ao CPC 02 e IAS 21 (*The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*).

28. Prejuízo por ação

Os resultados por ação, básico e diluído, foram calculados com base no resultado do exercício, atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, e na respectiva quantidade média de ações em circulação neste exercício, comparativamente ao mesmo período do exercício de 2012, conforme o quadro abaixo:

		Controladora e Consolidado				
	31/12/2013		31/12/2012			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Resultado atribuível aos acionistas	(2.311.507)	-	(2.311.507)	(26.334)	-	(26.334)
Denominador Média ponderada de ações	306.593.851	-	306.593.851	283.993.377	-	283.993.377
Resultado por ação (em R\$) - básico	(0,7539)	-	(0,7539)	(0,00009)	-	(0,00009)

Em 31 de dezembro de 2013, 2.772.558 opções de ações (8.811.372 em 2012) não foram incluídas no cálculo na média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo. Desta forma, não há diferenças entre o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Opção de compra de ações

As opções de ações da Companhia têm a seguinte composição:

	Contro	ladora
	31/12/2013	31/12/2012
Opção de ações outorgadas - patrimônio líquido Outorgadas pela Companhia (quadro 1.a e 1.b) Outorgadas pelo Controlador Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras empresas do Grupo (quadro 3)	64.557 43.952 749	64.378 106.378 695
	109.258	171.451
	Contro	oladora 31/12/2012
Despesas com opção de ações outorgadas Outorgadas pela Companhia (quadro 1.a e 1.b) Outorgadas pelo Controlador Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras	1.872 (62.426)	6.083 4.506
empresas do Grupo (quadro 3)	54	123
	(60.500)	10.712
	Conso	lidado
	31/12/2013	31/12/2012
Opção de ações outorgadas - patrimônio líquido Outorgadas pela Companhia (quadro 1.a e 1.b) Outorgadas pelo Controlador Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras	64.557 43.952	64.378 106.378
empresas do Grupo (quadro 2)	749	695
	109.258	171.451
	Conso	lidado
	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com opção de ações outorgadas Outorgadas pela Companhia (quadro 1.a e 1.b) Outorgadas pelo Controlador (*) Outorgadas pelo Controlador a executivos oriundos de outras	1.601 (62.426)	16.710 4.506
empresas do Grupo (quadro 2)	(60.771)	123 21.339
	(00.771)	۷۱.339

^(*) Valores negativo devido a saída de participantes do quadro de funcionários da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Opção de compra de ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 2010, aprovou o Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias. O programa estabelece que poderão ser outorgadas opções de compra ou subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia aos membros do seu Conselho de Administração, diretores, gerentes, consultores e empregados, bem como diretores, gerentes e empregados de outras sociedades que estejam ou venham a estar sob o controle direto ou indireto da Companhia.

De acordo com o Programa de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações Ordinárias, a cada ano de sua vigência poderá ser criado pelo Conselho de Administração plano de opção de compra ou subscrição de ações, no qual se determinarão os beneficiários, o número de opções, o preço de exercício de cada opção e as condições e prazos de seu exercício e pagamento. O Conselho de Administração não poderá, em nenhuma hipótese, estabelecer um prazo de maturidade inferior a um ano da (data da concessão das opções. Contudo, o prazo máximo para seu exercício será de um ano, contado a partir do dia em que as opções tenham se tornado maduras, sob pena de decadência do direito relativo ao referido exercício. O número total de ações destinadas ao programa não poderá ultrapassar o limite máximo de 3% do total de ações emitidas, não considerando o capital autorizado no Estatuto Social.

Fase 1 do Plano: Em 1º de março de 2010, a Companhia outorgou opções de compra de 2.628.350 ações (equivalentes a 105.134 ações antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25), as quais poderão ser exercidas pelos outorgados na proporção de 10% a cada um dos 10 primeiros aniversários, conforme estabelecido nos respectivos contratos de outorga, a um preço de exercício equivalente a R\$2,93 por ação (equivalentes a R\$73,26 por ação antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25).

Fase 2 do Plano: Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia autorizou a outorga, opções de compra de 3.209.000 ações (equivalentes a 128.360 ações antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25), as quais poderão ser exercidas por cada outorgado no prazo de 07 anos, conforme estabelecido nos respectivos contratos de outorga, a um preço de exercício equivalente a R\$13,88 por ação (equivalentes a R\$347,00 por ação antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25). A data de eficácia é aquela em que o Outorgado tornou-se colaborador elegível ao Plano. A data de maturação é um ano após a data de eficácia e a data de vencimento um ano após a data de maturação. A quantidade de opções outorgadas é de 10% para cada um dos 04 primeiros anos do Plano e de 20% para cada um dos 03 últimos anos do mesmo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Opção de compra de ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Segue abaixo o resumo das opções de compra de ações de emissão da Companhia não exercidas (Fase 1):

Data da outorga	uadro 1.a - Opções de ações outorg Condições da outorga	Data maturação	Data vencimento	Quantidade de opções outorgadas (**)
01/03/2010	Permanecer na Companhia pelo prazo de 10 anos	01/03/2013 01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016 01/03/2017 01/03/2018 01/03/2019 01/03/2020	01/03/2014 01/03/2015 01/03/2016 01/03/2017 01/03/2018 01/03/2019 01/03/2020 01/03/2021	218.623 198.248 198.248 198.248 198.248 198.248 198.248 198.248
Total				1.606.359
				31/12/2012
	oções exercíveis em 31 de deze oções com não atendimento de		ujsicão de direito	152.810
	de dezembro de 2012 (**)	ooridigad do aq	jaioigao ao airoite	993.273
Prazo médio rema				3,25
	oções outorgadas em R\$ (*) (**)			30,24
	derado das ações em R\$ (**)			32,00
Volatilidade espe	o das opções em R\$ (**)			2,93 6,01% a 6,60%
	e de risco (média)			6,46%
Valor intrínseco e				46.920

^(*) Calculado considerando o modelo Black-Scholes.

^(**) Calculado considerando o desdobramento de ações na proporção de 1:25, descrito na Nota Explicativa nº 27.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Opção de compra de ações--Continuação

a) Opção de ações outorgadas pela Companhia--Continuação

Segue abaixo o resumo das opções de compra de ações de emissão da Companhia não exercidas (Fase 2):

Data da outorga	Condições da outorga	Data 1ª maturação	Data 1º vencimento	Quantidade de opções outorgadas (**)
01/02/2010 02/08/2010 16/08/2010 03/11/2010 16/11/2010 03/01/2011 16/03/2011	Permanecer na Companhia pelo prazo de 7 anos	01/02/2011 02/08/2011 16/08/2011 03/11/2011 16/11/2011 03/01/2012 16/03/2012	01/02/2012 02/08/2012 16/08/2012 03/11/2012 16/11/2012 03/01/2013 16/03/2013	91.688 163.000 163.000 326.000 122.240 188.468 91.688
Total				1.146.084
				31/12/2012
	oções exercíveis em 31 de dez		~	152.810
(do not vest) 31 Prazo médio rema Valor justo das op Preço médio pono Preço de exercíci Volatilidade espel	oções outorgadas em R\$ (*) (** derado das ações em R\$ (**) o das opções em R\$ (**) rada e de risco (média)		aisição de difetio	993.273 2,21 a 3,30 14,11 23,00 13,88 5,48% a 6,72% 6,08% 346

^(*) Calculado considerando o modelo Black-Scholes.

^(**) Calculado considerando o desdobramento de ações na proporção de 1:25, descrito na Nota Explicativa nº 27.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Opção de compra de ações--Continuação

b) Opção de ações outorgadas pelo controlador

De forma a incentivar os principais administradores e executivos da Companhia, o acionista controlador outorgou em 26 de janeiro de 2010, opções de compra de ações da Companhia de sua propriedade, em favor destes profissionais.

O plano do acionista controlador contempla 7.130.800 opções de compra de ações (equivalentes a 285.232 opções antes do desdobramento de ações na proporção de 1:25), que correspondem a 2,54% das ações da Companhia, e representam um mecanismo de remuneração e de retenção, pelo prazo de 10 anos, dos administradores e executivos da Companhia, sem que isso implique em qualquer custo ou diluição aos acionistas não controladores da Companhia.

Em favor dos Diretores, o acionista controlador outorgou opções para que os mesmos adquiram globalmente até 3,5% das ações de sua propriedade. As opções outorgadas a esses Diretores podem ser exercidas na proporção de 10% a cada um dos dez primeiros aniversários conforme estabelecido nos respectivos contratos de outorga, sendo que os beneficiários da opção estão sujeitos a restrição de venda pelo prazo de 36 meses após a conclusão da oferta pública inicial, protocolada em 19 de março de 2010 na CVM, salvo autorização expressa do controlador. Em 31 de dezembro de 2013, o plano de opções de compra de ações pelo controlador para os executivos da Companhia foi extinto em virtude da saída dos participantes do quadro de funcionários da companhia.

Além do plano acima citado, alguns colaboradores oriundos de outras empresas controladas, pelo mesmo acionista Controlador, que atualmente exercem suas funções na Companhia, já detinham 304.920 opções daquelas empresas, outorgadas e ainda não exercidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

29. Opção de compra de ações--Continuação

b) Opção de ações outorgadas pelo controlador--Continuação

Segue abaixo o resumo das opções de ações outorgadas em outras empresas controladas pelo acionista controlador:

Quadro 2 - Opções de ações outorgadas em outra empresa controlada (MPX) pelo mesmo Acionista Controlador

pero mesmo Acionista Controlador	
	31/12/2013
Data da outorga	28/04/2008
Período de exercício	5 anos
Data do exercício	13/12 de cada ano
Data final do bloqueio das opções	31/12/2010
Volatilidade (% a.a.)	45,25%
Taxa de juros (% a.a.)	11,60%
Quantidade total de opções outorgadas (*)	33.480
Quantidade de opções exercidas até 31/12/2013 (*)	13.360
Quantidade de opções não exercidas (*)	20.120
Preço de exercício	0,01
Preço na data de outorga (**)	47,50
Preço opção	47,49

^(*) Informações da parcela referente aos membros da Administração oriundos de outras empresas controladas pelo mesmo acionista Controlador, e que atualmente fazem parte do quadro funcional da Companhia.

30. Receita operacional

A conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	Conso	lidado
	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta fiscal	762.853	448.870
(-) Impostos sobre vendas	(17.730)	(15.097)
Total da receita contábil	745.123	433.773

^(**) Calculado considerando o modelo Black-Scholes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

31. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depreciação e amortização	3.947	2.280	94.072	53.983
Despesas com pessoal	14.062	15.917	141.272	115.992
Servicos contratados	21.695	21.911	209.669	189.317
Despesas de viagem	301	443	15.932	3.857
Despesas com aluguéis	855	825	9.962	6.720
Despesas com seguros	296	-	617	14.854
Despesa Corporativa	12.128	-	17.793	-
Multas	3.385	-	8.954	_
Outras despesas	1.744	9.649	18.079	37.318
	58.413	51.025	516.350	422.041
Classificados como				
Custo	-	-	303.678	260.130
Despesas administrativas, gerais e depreciação	58.413	51.025	198.467	129.273
Gastos com implantação		-	14.204	32.638
	58.413	51.025	516.350	422.041

	Consc	lidado
	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com pessoal	23.366	31.697
Serviços contratados	4.183	3.621
Despesas de viagem	2.399	1.528
Despesas com aluguéis	1.307	783
Outras despesas	2.777	930
Total de despesas capitalizadas	34.032	38.559

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

32. Outras despesas e receitas

	Contro	oladora	Consc	olidado
<u>-</u>	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Baixa de ativos (i)	(5.558)	-	(818.622)	-
Provisão para crédito liquidação duvidosa (iii)	-	-	(147.170)	-
Compensações da OGPar (ii)	-	-	975.680	-
Disponibilidade técnica (iv)	-	-	(87.807)	(14.948)
Outros	-	-	(128.357)	
_	(5.558)	-	(206.276)	(14.948)

- (i) É composto pelas baixas de ativos e pela provisão de gastos futuros, efetuadas em junho, setembro e dezembro.
- (ii) Provisão de crédito de liquidação duvidosa registrados devido a OGpar ter entrado em Recuperação Judicial.
 (iii) Conforme descrito na Nota Explicativa 23- Compensações recebidas da cliente OGpar.
- (iv) Refere-se a disponibilidade de mão de obra técnica da OSX Construção Naval e OSX Serviços Operacionais.

33. Resultado financeiro

	Controladora		Consc	lidado
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas financeiras				
Juros passivos	(1.250)	(560)	(67.237)	(42.862)
Variações cambiais passivas	(4.550)	` (2)	(850)	` (371)
IOF	(5.751)	(1.628)	(13.518)	(9.889)
Perdas com derivativos	` _	-	(55.799)	(6.260)
Outros	(390)	(577)	(8.778)	(3.307)
	(11.941)	(2.767)	(146.182)	(62.689)
Receitas financeiras		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		,
Rendimento de aplicação financeira	3.969	3.959	14.507	40.312
Juros ativos	16.730	1.906	-	_
Variações cambiais ativas	12.785	18	24.711	_
Gannos com derivativos	-	_	46.400	614
Descontos obtidos	-	-	11.119	-
Outros	4.174	4.470	6.523	5.826
	37.658	10.353	103.260	46.752
Resultado financeiro, líquido	25.717	7.586	42.922	(15.937)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

34. Informações por segmentos

Para fins de gestão dos negócio, a Companhia é dividida em unidades de negócios, que foram segregados em função de suas operações: Construção Naval, Afretamento de Unidades de E&P (Exploração e Produção) e Prestação de Serviços de O&M (Operação e Manutenção).

Construção Naval

O foco da Construção Naval (UCN) será a construção, montagem e integração de Unidades de E&P, tais como plataformas de produção fixas e flutuantes e sondas de perfuração, com ênfase em eficiência operacional e tecnologia de ponta.

Afretamento de Unidades de Exploração e Produção de Petróleo (E&P)

Esta unidade de afretamento será concentrada em Unidades de E&P, as quais serão fretadas a empresas do setor de petróleo e gás natural, por meio de contratos de afretamento de longo prazo.

Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (O&M)

Além de construir e fretar as unidades, a Companhia pretende operá-las de maneira a oferecer uma solução completa aos seus clientes.

Não houve agrupamento de segmentos na formação dos segmentos mencionados acima.

A Administração monitora os resultados das unidades de negócios separadamente, com a finalidade de tomar decisões individualizadas sobre alocação de recursos e avaliação do desempenho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

34. Informações por segmentos--Continuação

Prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M)--Continuação

i) <u>Demonstração do resultado por segmento</u>

Demonstração do resultado por segmento 31/12/2013	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de venda de bens e/ou serviços						
Com terceiros	183.774	418.397	142.952	-	-	745.123
Inter-segmento				•		
	183.774	418.397	142.952	-	-	745.123
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(121.643)	(67.533)	(114.502)		-	(303.678)
Resultado bruto	62.131	350.864	28.450	-	-	441.445
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	(76.639)	(48.744)	(14.671)	(58.413)	-	(198.467)
Despesas com opção de ações outorgadas	1.930	-	(1.659)	60.500	-	60.771
Gastos com implantação	(14.204)	-			-	(14.204)
Outras despesas operacionais	(836.059)	(1.656.100)	(90.205)	(5.558)	-	(2.587.922)
Provisão para investimento líquido negativo	•	•		(24.945)	24.945	· ·
	(924.972)	(1.704.844)	(106.535)	(28.416)	24.945	(2.739.822)
Resultado de equivalência patrimonial	3.477	-	-	(2.381.353)	2.381.361	3.485
	3.477	-	-	(2.381.353)	2.381.361	3.485
Resultado antes do resultado financeiro e dos						
tributos	(859.364)	(1.353.980)	(78.085)	(2.309.769)	2.306.306	(2.294.892)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	14.547	9.795	610	24.872	(17.675)	32.149
Despesas financeiras	(5.732)	(85.576)	(925)	(7.391)	10.092	(89.532)
Instrumentos derivativos	-	(9.400)	-	-	-	(9.400)
Variação cambial, líquida	653	7.492	(101)	8.236	7.583	23.863
	9.468	(77.689)	(416)	25.717	-	(42.920)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(849.896)	(1.431.669)	(78.501)	(2.284.052)	2.306.306	(2.337.812)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.260)	_	(11)	_	-	(3.271)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(30.199)	-	(1.103)	(27.455)	-	(58.757)
Lucro (prejuízo) do período	(883.355)	(1.431.669)	(79.615)	(2.311.507)	2.306.306	(2.399.843)
Outras divulgações						
Depreciação e amortização	(1.277)	(88.448)	(105)	(3.947)	-	(93.777)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

34. Informações por segmentos--Continuação

Prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M)--Continuação

i) <u>Demonstração do resultado por segmento</u>--Continuação

Demonstração do resultado por segmento 31/12/2012	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receita de venda de bens e/ou serviços						
Com terceiros	73.173	203.944	156.656	-	-	433.773
Inter-segmento	73.173	203.944	156.656	-	-	433.773
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(65.856)	(66.044)	(128.230)	-	-	(260.130)
Resultado bruto	7.317	137.900	28.426	-	-	173.643
Receitas (despesas) operacionais						
Administrativas e gerais	(53.630)	(4.975)	(17.433)	(51.025)	(2.210)	(129.273)
Despesas com opção de ações outorgadas	(9.629)	-	(998)	(10.712)	-	(21.339)
Gastos com implantação	(32.638)	-	-	-	-	(32.638)
Outras despesas operacionais	(25.455)	-	-	-	-	(25.455)
	(121.352)	(4.975)	(18.431)	(61.737)	(2.210)	(208.705)
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	13.847	(13.847)	-
	-	-	-	13.847	(13.847)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(114.035)	132.925	9.995	(47.890)	(16.057)	(35.062)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	34.993	1.722	1.437	10.338	(2.353)	46.137
Despesas financeiras	(7.979)	(46.039)	(1.626)	(2.767)	2.353	(56.058)
Instrumentos derivativos	(7.070)	(5.646)	(1.020)	(2.707)	-	(5.646)
Variação cambial, líquida	(296)	(90)	1	15	_	(370)
	26.718	(50.053)	(188)	7.586	-	(15.937)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(87.317)	82.872	9.807	(40.304)	(16.057)	(50.999)
Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	23.415	- (17.045)	(4.223) 2.158	13.970	-	(4.223) 22.498
Lucro (prejuízo) do período	(63.902)	65.827	7.742	(26.334)	(16.057)	(32.724)
200.0 (p. 0ja.20) do portodo	(00.002)	00.027	7.772	(20.004)	(10.001)	(02.724)
Outras divulgações Depreciação e amortização	(447)	(51.190)	(66)	(2.180)	-	(53.883)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

34. Informações por segmentos--Continuação

Prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M)--Continuação

ii) Ativos e passivos por segmento

Ativos e passivos por segmento em 31/12/2013	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
Ativo Ativo circulante Ativo realizável a longo prazo Investimentos Imobilizado Intangível	661.204 2.609 42.596 2.753.962 1.051	3.633.942 43.429 - 1.858.390	36.670 4.376 - 800 -	1.768 605.110 1.719.212 811 10.956	(485.926) (511.615) (1.720.627) (116.114)	3.847.658 143.909 41.180 4.497.849 12.006
Total do ativo	3.461.422	5.535.761	41.846	2.337.855	(2.834.282)	8.542.602
Passivo Passivo circulante Passivo não circulante Patrimônio líquido	2.240.039 1.102.935 118.448	3.906.545 36.210 1.593.006	64.786 817 (23.757)	101.372 24.946 2.211.537	(1.096.005) (42.596) (1.695.681)	5.216.736 1.122.313 2.203.555
Total passivo e patrimônio líquido	3.461.422	5.535.761	41.846	2.337.855	(2.834.282)	8.542.603
Ativos e passivos por segmento em 31/12/2012	Construção naval	Fretamento	Serviços de O&M	Corporativo	Ajustes e eliminações	Consolidado
		825.826 65.775 - 5.587.355		324.070 74.056 2.866.346 8.716 6.113		2.177.935 173.991 21.070 7.420.609 6.113
em 31/12/2012 Ativo Ativo circulante Ativo realizável a longo prazo Investimentos Imobilizado	1.089.375 30.361 21.070	825.826 65.775	90.090 8.563	324.070 74.056 2.866.346 8.716	eliminações (151.426) (4.764)	2.177.935 173.991 21.070 7.420.609
em 31/12/2012 Ativo circulante Ativo realizável a longo prazo Investimentos Imobilizado Intangível	1.089.375 30.361 21.070 1.824.168	825.826 65.775 - 5.587.355	90.090 8.563 - 370	324.070 74.056 2.866.346 8.716 6.113	eliminações (151.426) (4.764) (2.866.346)	2.177.935 173.991 21.070 7.420.609 6.113

iii) Informações geográficas

Total passivo e patrimônio líquido

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos fixos por região		
Brasil	2.639.459	1.833.254
União Europeia	1.858.390	5.587.355
Total	4.497.849	7.420.609

2.964.974 6.478.956 99.023 3.279.301 (3.022.536) 9.799.718

21/12/2012

21/12/2012

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

34. Informações por segmentos--Continuação

Prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M)--Continuação

iii) Informações geográficas--Continuação

	31/12/2013	31/12/2012
Receita por região		
Brasil	326.726	156.656
União Europeia	418.397	277.117
·		
Total	745.123	433.773

iv) Principais clientes

O principal cliente da Companhia é a empresa ligada OGpar, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 9 - Clientes e nº 24 - Adiantamento de clientes. A OGpar, em 31 de outubro de 2013, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial, OGX International GmbH - Em recuperação judicial e OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Em 21 de novembro de 2013, o juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão (i) deferindo o processamento da recuperação judicial das empresas Óleo e Gás Participações S.A.- Em recuperação judicial e OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial, bem como (ii) indeferindo o processamento da recuperação judicial da OGX International GmbH - Em recuperação judicial e da OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial, por entender que não teria jurisdição sobre as referidas companhias. Contra a referida decisão foi interposto um Agravo de Instrumento, ao qual foi dado provimento em 19 de fevereiro de 2014, tendo sido deferido o processamento do pedido de recuperação judicial da OGX International e da OGX Austria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

35. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus comparada às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista nas políticas de gerenciamento de risco em vigor.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis consolidados e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12	/2012
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	11.407	11.407	1.684.076	1.684.076
Aplicações financeiras	1.174	1.174	21.059	21.059
Clientes	37.716	37.716	100.515	100.515
Depósitos vinculados	47.729	47.729	68.864	68.864
Passivos				
Fornecedores	1.041.402	1.041.402	471.512	471.512
Partes relacionadas	140.644	140.644	6.792	6.792
Empréstimos e financiamentos	5.522.887	5.027.125	5.840.033	5.445.561
Instrumentos financeiros derivativos	37.075	34.177	116.285	116.285

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

35.1. Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito do "valor justo" prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo. As contas cujo valor justo difere do valor contábil estão especificadas a seguir. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido à sua classificação na categoria de valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros Aplicações financeiras Empréstimos e financiamentos Instrumentos derivativos Saldo em 31/12/2013

Hierarquia de valor justo					
Preços	Precificação	Precificação			
observáveis em	com preços	sem preços			
mercado ativo	observáveis	observáveis			
(Nível I)	(Nível II)	(Nível III)			
-	1.174	-			
-	5.027.125	-			
-	34.177	-			
-	5.062.476	-			

35.2. Derivativos, *hedge* e gerenciamento de risco

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio e taxa de juros, entre outros riscos) e obedece à estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até 01 ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos é avaliada no contexto econômico e operacional e ocorre quando a Administração considera o risco relevante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

35.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as operações com instrumentos derivativos foram:

(i) Compra a termo de moeda - Non Deliverable Forward ("NDF")

		Consolidado				
		31/12/2	013	31/12/2012		
	Vencimento	Valor referência (EUR mil)	MtM(**)	Valor referência (EUR mil)	MtM(**)	
OSX Leasing Group BV Posição comprada EUR			` '		` '	
Morgan Stanley	-	-	-	13.608	210	
Standard Bank	-	-	-	7.560	99	
Total EUR			-	21.168	309	
Total consolidado			-		309	

(ii) Contrato de swap de taxa de juros

		Consolidado				
		31/12/2013			012	
	Vencimento	Valor referência (USD mil)	MtM(**)	Valor referência (USD mil)	MtM(**)	
OSX Leasing Group BV Swap Libor x Prefixada						
HSBC Bank	30/08/2018	275.172	(37.075)	333.103	(41.806)	
Total Swap		275.172	(37.075)	333.103	(41.806)	
OSX 2 Leasing BV Swap Libor x Prefixada						
Instituições financeiras (*)		-	-	659.092	(74.788)	
Total Swap			-	659.092	(74.788)	
Total consolidado		_	(37.075)	_	(116.594)	

 ^(*) Banco Santander, Itaú BBA, ING Bank, ABN ANRO, Banco do Brasil, Citibank, HSBC Bank, NIBC, DNB.
 (**) Os valores de mark to market referem-se às marcações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

35.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

35.2.1. Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

35.2.1.1. *Risco cambial*

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associadas ativos e passivos da Companhia.

a) Gerenciamento de risco

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas Controladas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas Controladas da OSX Brasil. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos são utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

35.2.1.2. Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

a) Gerenciamento de risco e perfil de endividamento

O Grupo OSX possui aproximadamente 60% de sua dívida indexada a taxas prefixadas e/ou devidamente prefixadas através de instrumentos derivativos. Isso agrega um alto índice de previsibilidade ao fluxo de pagamento das empresas. O risco associado ao descolamento das taxas fixas em relação a seus mercados de referência é permanentemente monitorado em função da marcação a mercado em seus balanços, todavia, as empresas sempre liquidam suas operações no vencimento e na curva original.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

35.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

- 35.2.1. Risco de mercado--Continuação
 - 35.2.1.2. Risco de taxa de juros--Continuação
 - b) Operações protegidas por instrumentos derivativos

Em novembro de 2010 a OSX, em sua subsidiária *offshore* OSX Leasing Group, estabeleceu contrato de *swap* de taxa de juros com o banco HSBC, também *offshore*, a fim de se proteger dos riscos de flutuação da dívida de longo prazo da OSX 1 indexada à taxa Libor. Dessa forma, a posição passiva em Libor foi trocada por exposição prefixada, com estrutura variável ao longo do período da operação com taxa média de 1,91% ao ano.

Contabilidade de hedge (hedge accounting de fluxo de caixa)

Em relação à sua controlada OSX LG, o investimento em Capex referente à aquisição e customização do FPSO OSX 1 foi realizado com 70% de financiamento de longo prazo do DVB Bank, e 30% com capital próprio.

No 4º trimestre de 2010, a Companhia constituiu uma dívida de longo prazo em duas tranches, com o sindicato de bancos liderado pelo DVB Bank, no montante de USD420 milhões e indexada à taxa Libor de 3 meses. A dívida continha 29 amortizações, sendo a primeira realizada em 30 de agosto de 2011 e a última, prevista para 30 de agosto de 2018. Com o objetivo de se proteger dos riscos de taxa de juros flutuantes associados aos cupons desse empréstimo, durante os anos de vigência da dívida, a Companhia contratou, no mesmo momento da aquisição da dívida, um instrumento derivativo (swap de fluxo de caixa de taxa de juros) com vencimentos trimestrais nas mesmas datas dos vencimento da dívida, anulando portanto o risco da variação da Libor. Os valores de referência do instrumento derivativo referem-se à expectativa de desembolso acumulado das duas tranches dos financiamentos de longo prazo com o DVB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

35.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

- 35.2.1. Risco de mercado--Continuação
 - 35.2.1.2. Risco de taxa de juros--Continuação
 - b) Operações protegidas por instrumentos derivativos--Continuação

Contabilidade de hedge (hedge accounting de fluxo de caixa) --Continuação

A Companhia adota metodologia de *hedge accounting* para os instrumentos financeiros contratados para a subsidiária OSX1 em função do fluxo de pagamentos da dívida ser compensado exatamente pelo fluxo do instrumento derivativo, ou seja, todos os termos críticos são iguais (montantes, vencimentos e indexadores).

Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MtM (*marked-to-market*) são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. A diferença entre o valor justo e a taxa *Libor* corresponde à parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Com base nos testes de efetividade retrospectivo e prospectivo, o *hedge* contratado pela Companhia para este instrumento financeiro é 100% eficaz, portanto, desta forma, não houve parcela inefetiva.

Os impactos dos ganhos e perdas desta transação de *hedge accounting* no período foram os seguintes:

	31/12	31/12/2013	
	Resultado	Patrimônio líquido	
Derivativos com propósito de proteção Ganho com derivativos		79.282	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

35. Instrumentos financeiros--Continuação

35.2. Derivativos, hedge e gerenciamento de risco--Continuação

35.2.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas Controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfolio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras.

31/12/2013	31/12/2012
11.407	1.684.076
1.174	21.059
47.729	68.864
60.310	1.773.999
	11.407 1.174 47.729

35.2.3. Risco de liquidez

Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a OSX Brasil, em conjunto com suas subsidiárias OSX Construção Naval. e OSX Serviços, ajuizou pedido de recuperação judicial, em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, deferido no dia 26 de novembro de 2013. Dessa forma, os pagamentos das obrigações da Companhia estão sendo tratados no âmbito da recuperação judicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

36. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas consideram que a cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as coberturas de seguros eram:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Riscos operacionais		
Danos materiais	3.620.014	5.748.834
Responsabilidade civil de administradores	234.260	340.000
Responsabilidade civil - P&I (Proteção e Indenização)	4.099.550	5.491.363
	7.953.824	11.580.197

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

37. Eventos subsequentes

37.1. Informações relativas ao processo de Recuperação Judicial da OSX e suas subsidiárias

No dia 10 de janeiro de 2014, a Companhia disponibilizou a decisão judicial com a nomeação da empresa Delloite Touche Tohmatsu para atuar na qualidade de administrador judicial responsável pela condução do seu processo de recuperação judicial.

A decisão proferida em 19 de fevereiro de 2014 pela 14ª Câmara Cível do TJRJ entendeu que não haveria a necessidade de tramitação conjunta do processo de recuperação judicial da OSX, de suas subsidiárias OSX Construção Naval e OSX Serviços Operacionais e do Grupo OGpar (Óleo e Gás Participações S.A - Em recuperação judicial, anteriormente denominada OGX Petróleo e Gás Participações S.A., OGX Petróleo e Gás S.A. - Em recuperação judicial, OGX International GmbH - Em recuperação judicial e OGX Austria GmbH - Em recuperação judicial).

A OSX havia solicitado distribuição por dependência ao pedido de recuperação judicial impetrado pela OGpar no intuito de evitar decisões contraditórias, por ser uma de suas maiores credoras. Entretanto, com a assinatura do *Plan Support Agreement* - PSA no dia 24 de dezembro de 2013, tais questões encontram-se equacionadas e superadas.

Em 14 de março de 2014, foi publicada a decisão que determinou a livre distribuição dos processos de Recuperação Judicial da OSX e de suas subsidiárias. No dia 21 de março de 2014, o processo foi redistribuído para a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro e a ratificação da nomeação da empresa Deloitte Touche Tohmatsu para atuar na qualidade de administrador judicial responsável pela condução do processo. Com isso, foi determinado o reinício da contagem do prazo de 60 dias para apresentação do Plano de Recuperação Judicial das companhias.

37.2. Celebração de acordo com a OGpar para realização de testes no campo de Tubarão Azul

Em 03 de fevereiro de 2014, a OSX celebrou novo acordo com a OGpar e sua subsidiária OGX Petróleo e Gás S.A. visando a realização de testes com uso da plataforma FPSO OSX-1 para eventual retomada de produção no Campo de Tubarão Azul. As companhias estimam que o período de testes perdure até 19 de maio de 2014 e, caso apresente condições satisfatórias, a retomada de produção estará, ainda, sujeita a determinadas condições precedentes, dentre as quais o estabelecimento de custos operacionais e financeiros entre todas as partes envolvidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

37. Eventos subsequentes--Continuação

37.3. OSX 3 lança proposta de reestruturação para seus Bondholders

No dia 13 de março de 2014, a OSX informou que sua controlada indireta OSX 3 Leasing B.V ("OSX3" e, em conjunto com algumas de suas subsidiárias, o "Grupo OSX3") acordou os termos-chave da reestruturação das condições financeiras dos seus títulos de dívida (Senior Secured Bonds 2012/2015, com juros de 13%, os "Bonds" e seus titulares, os "Bondholders") e demais documentos do financiamento relacionados ("Reestruturação Proposta").

A título de informação, os detentores de Bonds alegam que houve um evento de default, resultado do pedido de recuperação judicial ajuizado pelas companhias OGpar e OGX Petróleo e Gás S.A. - em Recuperação Judicial no Brasil em 30 de outubro de 2013.

Na ocasião, o Grupo OSX3 iniciou negociações relacionadas à reestruturação com o agente fiduciário dos Bonds e seus consultores, os quais trabalharam juntamente com um comitê informal *ad hoc*, que juntos detém mais de 66 2/3% dos Bonds. Mais recentemente, essas negociações relacionadas à reestruturação envolveram a OGpar e alguns dos detentores dos títulos de dívida (Senior Notes 2018 com juros de 8,50% e Senior Notes 2022 com juros de 8,375%) emitidos pela OGX Austria GMBH - Em recuperação judicial ("Bondholders OGX"), conforme descrito abaixo.

Em 24 de dezembro de 2013, a OGpar anunciou a celebração do Plan Support Agreement com os Bondholders OGpar, e em 14 de fevereiro de 2014 apresentou seu plano de Recuperação Judicial perante o juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro que prevê um financiamento extraconcursal, em duas parcelas, no valor total de US\$215 milhões (em conjunto, o "Financiamento DIP"). Em 07 de fevereiro de 2014, a OGpar anunciou o Financiamento DIP, cujos recursos deverão ser utilizados para o custeio das operações da companhia e de suas necessidades de fluxo de caixa, inclusive o pagamento das taxas de afretamento relativas à operação da plataforma FPSO OSX3, conforme a Proposta de Reestruturação. A plataforma foi entregue pela OSX3 para a OGX em 19 de novembro de 2013 e está produzindo petróleo desde dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

37. Eventos subsequentes--Continuação

37.3. OSX 3 lança proposta de reestruturação para seus Bondholders--Continuação

Conforme relatado em 2013, a consultoria especializada no setor de petróleo DeGolyer and MacNaughton certificou as reservas prováveis do campo de Tubarão Martelo em 87,9 milhões de barris de óleo equivalente. Esse resultado mostrou-se bem inferior à previsão de reservas utilizadas na elaboração do contrato de afretamento celebrado entre a OSX3 e a OGpar ("Contrato de Afretamento"), negociado na época da emissão dos *Bonds* (em março de 2012). Consequentemente, tornou-se claro para todas as partes que a taxa diária de afretamento original não era apropriada para que a plataforma continuasse a operar no campo de Tubarão Martelo de forma comercialmente viável.

As Negociações de Reestruturação foram encerradas e como resultado, as partes chegaram a um acordo "em princípio" sobre os termos da Reestruturação Proposta, cujos termos-chave estão resumidos abaixo:

- (a) Alterações nos documentos de emissão dos Bonds que incluem, mas não se limitam, a
 - Aumento na taxa de juros dos Bonds, que passa de 9,25% ao ano para 13,00% ao ano, a ser pago em dinheiro e acumulado a partir de 30 de outubro de 2013.
 - Pagamento para todos os Bondholders de um prêmio único em razão da reestruturação, a ser pago mediante a emissão e entrega de novos Bonds no fechamento da operação.
 - Inclusão de eventos de pré-pagamento obrigatório no caso de venda do OSX1 ou do OSX2, cujos valores excedentes oriundos destas vendas (sujeito ao pagamento integral dos credores do OSX1 e do OSX2 e de determinadas obrigações) serão alocados no pré-pagamento do montante principal dos Bonds.
 - Direito dos Bondholders elegerem um diretor independente no âmbito das companhias do Grupo OSX3 com direitos limitados e direito de eleição de um diretor observador na OSX Leasing Group B.V.
 - Inclusão do direito de recompra dos Bonds a valor de face em favor da OGpar, caso os Bonds não sejam refinanciados em seu vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

37. Eventos subsequentes--Continuação

37.3. OSX 3 lança proposta de reestruturação para seus Bondholders--Continuação

- (b) Alterações no Contrato de Afretamento que incluem, mas não se limitam, a
 - A taxa diária de afretamento, retroativa a 19 de novembro de 2013, passa a ser de US\$250.000.
 - A inclusão do direito direto do agente fiduciário dos Bonds ("Bond Trustee") de rescindir o contrato de afretamento: (a) mediante aviso prévio de 24 meses, caso os títulos não tenham sido totalmente pagos ou recomprados até 20 de março de 2015 e (b) mediante aviso prévio de 45 dias em caso de nãopagamento dos Bonds exclusivamente em função do não-pagamento da taxa diária de afretamento pela OGPar, conforme Contrato de Afretamento (alterado).
 - Alteração das hipóteses de rescisão do Contrato de Afretamento para permitir à OGpar a rescisão imediata do Contrato de Afretamento, em circunstâncias específicas.
 - A entrega pela OGpar de uma carta de fiança bancária no valor de US\$25 milhões em favor da OSX3 e do Bond Trustee para assegurar o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato de Afretamento (que pode ser utilizada no caso de não-pagamento da taxa diária de afretamento pela OGpar, conforme Contrato de Afretamento (alterado).
 - Propõe-se que as alterações ao Contrato de Afretamento sejam documentadas por meio de um aditamento e consolidação ao contrato, o "Contrato de Afretamento Alterado", a ser celebrado após a aprovação dos Bondholders na Reestruturação Proposta, ressalvado que as alterações realizadas (exceto as Alterações com Eficácia Imediata, conforme definido abaixo, as "Alterações Posteriores") se tornarão eficazes somente após o cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo, mas não se limitando a entrega da carta de fiança bancária no valor de US\$25 milhões e o desembolso do financiamento DIP no âmbito da recuperação judicial da OGPar ("Financiamento DIP"). O Contrato de Afretamento Alterado será rescindido automaticamente em 31 de agosto 2014 ("Data de Drop-Dead"), caso estas condições precedentes não forem satisfeitas até então.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

37. Eventos subsequentes--Continuação

37.3. OSX 3 lança proposta de reestruturação para seus Bondholders--Continuação

- b) Alterações no Contrato de Afretamento que incluem, mas não se limitam, a --Continuação
 - Propõe-se que as seguintes modificações tornem-se eficazes mediante a assinatura do Contrato de Afretamento Alterado: (a) a alteração na taxa diária de afretamento para US\$250.000, retroativa a 19 de novembro de 2013, (b) a renúncia pela OSX3 dos eventos de inadimplemento existentes no Contrato de Afretamento e (c) a subordinação dos direitos detidos pela OSX3 frente a OGpar (exceto os direitos de pagamento da taxa diária de afretamento alterada) ao Financiamento DIP (em conjunto, as "Alterações com Eficácia Imediata"). No caso de rescisão do Contrato de Afretamento Alterado antes de as Alterações Posteriores tornarem-se eficazes, a nova taxa diária de afretamento será aplicável até a data da rescisão (mas não após tal rescisão, momento em que a taxa diária de afretamento original voltará a ser aplicável), entretanto a subordinação sobreviverá à rescisão do Contrato de Afretamento Alterado.

A assembleia dos Bondholders foi realizada em 01 de abril de 2014, em Oslo, Noruega. A Reestruturação Proposta foi aprovada pelos Bondholders e a documentação definitiva, refletindo os termos da Reestruturação Proposta, estará concluída no menor prazo possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

Composição do Conselho de Administração

Composição da Diretoria

Eike Fuhrken Batista Presidente do Conselho Euchério Lerner Rodrigues Diretor Presidente

Eliezer Batista da Silva Vice-Presidente do Conselho Claudio Antonio da Silva Zuicker Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Julio Alfredo Klein Junior Membro do Conselheiro

Francisco Borges de Souza Dantas Conselheiro Independente

Luiz Guilherme Tinoco Aboim Costa Conselheiro Independente

> Agnaldo Santos Pereira Conselheiro Independente

> > Antonio Jorge Gonçalves Caldas Contador Gerente Geral de Controladoria CRC - RJ 61504/0